

Banco Daycoval



Relações com Investidores Relatório da Administração 2010



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2010

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Daycoval S.A. ("Daycoval" ou "Banco") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao ano de 2010. Os comentários aqui prestados são relativos aos dados consolidados do Daycoval para o respectivo período.

Durante o ano de 2010, o mercado de crédito brasileiro cresceu sustentado pela demanda agregada, assim o volume de crédito passou a representar 46,6% do PIB ante 44,4% em 2009. De acordo com o Banco Central, foi determinante para este cenário, o impulso resultante das operações com recursos direcionados, com ênfase para as contratações do BNDES e para os financiamentos habitacionais.

Reconhecido por seu perfil conservador, sua baixa alavancagem e sua sólida estrutura de capital, o Daycoval, mais uma vez, provou que é possível crescer, com baixo risco, garantindo maior retorno aos seus acionistas. Em dezembro de 2010, a carteira de crédito registrou expressiva evolução de 45,9% em relação a 2009, atingindo saldo de R\$ 5.567,4 milhões. Se considerada a carteira de crédito ampliada, que inclui cessões de crédito, avais e fianças prestados e compra de direitos creditórios, a evolução no ano foi de 53,2%, tendo atingido o montante de R\$ 6.222,5 milhões.

O grau de alavancagem, medido pela relação crédito / patrimônio líquido, foi de 3,0 vezes em 31 de dezembro de 2010. Em linha com o crescimento da carteira, a captação totalizou R\$ 5.241,1 milhões, apresentando uma evolução de 44,4% em relação ao exercício findo em 2009, proporcionando sustentabilidade para as novas operações de crédito. Em 2010 obtivemos lucro líquido de R\$ 274,7 milhões e retorno sobre o patrimônio líquido médio de 16,0%, refletindo o acerto da estratégia adotada pelo Daycoval.

Em dezembro de 2010 obtivemos elevação da perspectiva do *rating* atribuída pela agência de classificação "Standard & Poor's", passando de uma perspectiva estável para positiva e na escala nacional de curto prazo de *brA-2* para *brA-1*. Esse reconhecimento e os resultados apresentados pelo Daycoval refletem a gestão eficiente, colocando-o em posição diferenciada entre os seus *peers*.

Outro fator de destaque no ano foi o desempenho das ações DAYC4, que tiveram uma expressiva valorização de 32,4%, enquanto no mesmo período, o Ibovespa valorizou 1%. Atualmente as ações do Daycoval são acompanhadas por 18 diferentes corretoras (research) locais e internacionais.

Em 2011, o Daycoval irá aumentar os investimentos para expandir a carteira de crédito, acompanhando o ritmo de crescimento da economia, mantendo sempre uma rentabilidade adequada em suas operações.

Sobre o Banco Daycoval

O Banco Daycoval S.A. é uma instituição financeira listada no Nível 1 da BM&FBovespa sob o código DAYC4 e especializada no segmento de *Middle Market*, com atuação relevante no Varejo. O Daycoval, que tem sede em São Paulo (SP), conta com 1.062 profissionais. O Banco alcançou no ano de 2010, carteira de crédito de R\$ 6,2 bilhões (incluindo cessões, avais e fianças prestados e compra de direitos creditórios), ativos totais de R\$ 8,9 bilhões e lucro líquido de R\$ 274,7 milhões. Seguindo uma estratégia conservadora, o Daycoval tem se destacado por sua baixa alavancagem e alta liquidez demonstrada pelo Índice de Basiléia de 19,9% em dezembro de 2010. Segundo o ranking nacional do Banco Central do Brasil (Bacen) de setembro de 2010, o Daycoval figurava, dentre as instituições privadas, na 16ª posição em patrimônio líquido e na 23ª por volume de ativo total, menos intermediação financeira. O Daycoval ainda possui importantes *ratings*, com as classificações, em nível local de longo prazo, "brAA-" da *Standard & Poor's* – com perspectiva positiva e "A+" da *Fitch Ratings*.



Principais Indicadores no Exercício de 2010

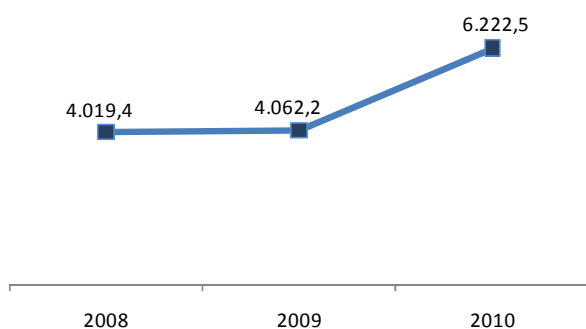
Principais Indicadores 2010	
Ativos Totais	R\$ 8.938,5 milhões
Carteira de Crédito Ampliada ⁽¹⁾	R\$ 6.222,5 milhões
Carteira de Crédito	R\$ 5.567,4 milhões
Captação Total	R\$ 5.241,1 milhões
Lucro Líquido	R\$ 274,7 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 1.777,8 milhões
ROAE	16,0%
ROAA	3,3%
NIM-A ⁽²⁾	11,9%
Índice de Eficiência	24,6%
Índice de Basileia	19,9%

(1) Inclui cessões de crédito, avais e fianças prestados e compra de direitos creditórios.

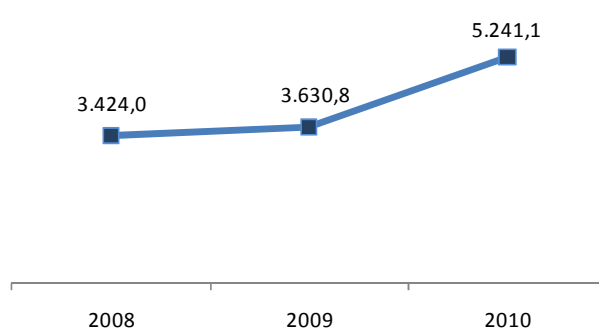
(2) Desconsidera as operações compromissadas – recompras a liquidar – carteira de terceiros.

Desempenho Operacional e Financeiro

Carteira de Crédito Ampliada (*) - R\$ Milhões



Captação Total - R\$ Milhões



(*) Inclui cessões de crédito, avais e fianças prestados e compra de direitos creditórios.

Em relação ao *funding*, o saldo total alcançado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 5.241,1 milhões, representando um crescimento de 44,4% nos últimos 12 meses. Merecem destaque as emissões externas realizadas durante o ano, que permitem não somente a diversificação das fontes de captação, como também alongar o prazo médio, criando, dessa forma, uma sólida base para sustentar as operações de crédito. Em junho de 2010, o Banco realizou uma captação sindicalizada junto ao IFC (*International Finance Corporation*) no total de US\$ 165,0 milhões composta por quatro tranches, das quais duas são em dólar americano totalizando US\$ 110,0 milhões e as outras duas em euro totalizando € 23,5 milhões. Em novembro foi realizada outra captação sindicalizada, desta vez, junto ao IIC (*Inter-American Investment Corporation*) no valor aproximado de US\$ 112,0 milhões.

A carteira de crédito ampliada atingiu R\$ 6.222,5 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento de 53,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Durante o ano de 2010 o Daycoval priorizou as operações voltadas para as pequenas e médias empresas, que alcançaram participação de 67,1% na carteira total, ante 57,8% em 2009. O saldo do Portfólio de Middle Market alcançou R\$ 4.176,8 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento robusto de 77,8% em relação ao ano anterior. No conceito de carteira ampliada, as operações de crédito consignado apresentaram um crescimento de 40,4% no ano, alcançando um saldo de R\$ 1.476,3 milhões em dezembro de 2010. Em relação à carteira de veículos, o Banco vem fazendo um esforço no sentido de aumentar a produção de financiamento de modo que esta se situe num patamar de 10% da carteira total do Banco. O saldo da carteira de veículos encerrou o ano de 2010 com R\$ 526,8 milhões, uma redução de 17,4% em relação a 2009. A carteira de CDC Lojista atingiu R\$ 42,6 milhões no final do ano, crescimento de 77,5% ante 2009.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa no ano foi de R\$ 147,3 milhões, versus R\$ 239,5 milhões em 2009, representando uma redução de 38,5% no período. Essa redução era esperada, uma vez que a estratégia

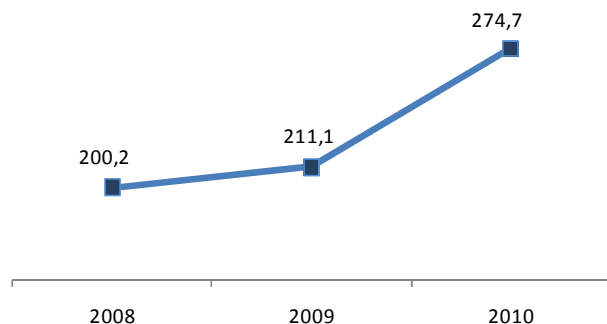


conservadora utilizada para o provisionamento gerou uma elevação num primeiro momento, possibilitando ao Banco maior segurança com relação a possíveis problemas que poderia enfrentar quanto à solvência de seus clientes.

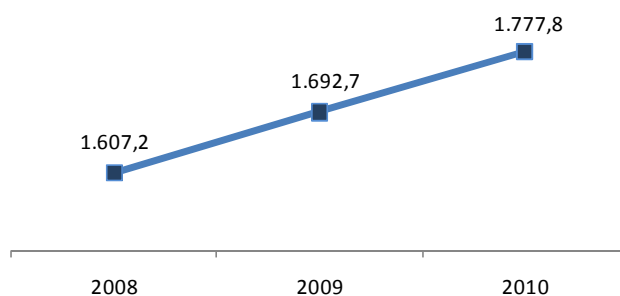
Os ativos totais do Daycoval somaram R\$ 8.938,5 milhões, acréscimo de 26,6% ante 2009.

Em 2010 o lucro líquido totalizou R\$ 274,7 milhões, 30,1% acima do registrado no mesmo período de 2009. O excelente resultado obtido em 2010 pelo Daycoval deve-se, principalmente, ao crescimento da carteira de crédito, à manutenção das receitas das operações de crédito, à melhora da qualidade da carteira e à redução nas despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa. O Índice de Eficiência foi de 24,6%, redução de 2,1 p.p ante 2009, evidenciando a rentabilidade das operações. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido médio (ROAE) anualizado foi de 16%, aumento de 3,1% sobre igual período de 2009, enquanto o Retorno sobre os Ativos Médios foi de 3,3% a.a., mantendo-se estável em relação à 2009.

Lucro Líquido - R\$ Milhões



Patrimônio Líquido - R\$ Milhões



Distribuição

No final de dezembro de 2010 a rede de distribuição do Daycoval contava com 30 agências, estabelecidas em 18 estados, mais o Distrito Federal. Estamos trabalhando para ampliar nossa rede de distribuição de *middle market* com o objetivo de aumentar o número de agências e de gerentes comerciais.

Em Julho de 2010, a IFP-Promotora de Serviços de Intermediação Financeira Ltda, empresa do Grupo Econômico Daycoval, foi transformada em promotora para efeito de prospecção de empréstimo consignado, com o objetivo de fomentar as operações. Além disso, executa serviços de apoio na análise de crédito e cadastro e serviços de cobrança e controle. No final de 2010 a IFP contava com 53 lojas em funcionamento por todo país. O Banco trabalha, também, com correspondentes bancários, que são os principais distribuidores dos produtos de varejo, além de contar com 4 lojas Daycred em operação.



O produto denominado Daypag, tem como objetivo atender os Despachantes e Auto Escolas do Estado de São Paulo, financiando arrecadações (IPVA, Licenciamento, Multas) e seguro DPVAT. Atualmente, contamos com onze postos de atendimento espalhados pelo Estado de São Paulo (Osasco, Barueri, Guarulhos, Atibaia, Americana, Campinas, Ribeirão



Preto, Mogi Guaçu e Detran São Paulo) e com uma equipe especializada nesse segmento, proporcionando agilidade e eficiência no atendimento.

O Daycoval possui atualmente 3 postos de câmbio em São Paulo, situados na Av. Paulista, principal centro financeiro do país, e atua como correspondente cambial em São Bernardo do Campo e Rio de Janeiro.

Contamos, ainda, com uma agência nas Ilhas *Cayman* como um importante instrumento não só para captação de recursos, mas também para a abertura de linhas comerciais e relacionamento com bancos correspondentes.

Ratings

A classificação do Banco em todos os *ratings* atribuídos demonstra o baixo nível de risco e a solidez conquistada em suas operações. As informações obtidas pelas respectivas agências são amplamente consideradas pelo mercado financeiro, mas não devem ser, para todos os efeitos, compreendidas como recomendação de investimento.

Obtivemos em dezembro de 2010, uma elevação da perspectiva do *rating* de escala global e local do Daycoval atribuída pela agência de classificação de *rating - Standard & Poor's* – essa elevação de perspectiva, foi atribuída à qualidade de nossa carteira de crédito.

STANDARD & POOR'S	FitchRatings KNOW YOUR RISK	RISKbank
<u>Escala Global</u>	<u>Escala Global</u>	Baixo Risco – Médio Prazo
Longo Prazo BB	Longo Prazo BB	<u>Índice 11,40</u>
Curto Prazo B <u>Escala Nacional</u>	Curto Prazo B <u>Escala Nacional</u>	<u>Rank Geral:</u> Março/10 8
Longo Prazo brAA-	Longo Prazo A+ (bra)	
Curto Prazo brA-1 Positiva Dezembro 2010	Curto Prazo F1 (bra) Estável Novembro 2010	Julho 2010

Governança Corporativa & Mercado de Capitais

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004 do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco.



Gestão de Riscos

O Banco realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacionais com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações. Para evitar ou minimizar a exposição aos riscos inerentes às suas atividades, o Daycoval adota medidas preventivas. Na gestão de riscos operacionais, o Banco conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Esta estrutura é composta pelo Comitê de Risco Operacional, Gerência de Risco Operacional e Gestores de Risco Operacional. A estrutura de Risco de Mercado é composta pela Diretoria Executiva, Comitê de Risco de Mercado, Gerência de Risco de Mercado e Tesouraria. A estrutura de Risco de Crédito é formada pela Diretoria Executiva, Comitê de Risco de Crédito, Gerência de Risco de Crédito e Superintendência de Crédito. Mais informações relativas à gestão de risco do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da Circular BACEN nº 3.477/2009, podem ser obtidas em nosso sitio na internet: www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa.

Desempenho das Ações

O volume negociado no período de janeiro a dezembro de 2010 atingiu 286,6 milhões de ações, com volume médio diário negociado de R\$ 1,2 milhão. No dia 30 de dezembro de 2010, os papéis estavam cotados a R\$ 12,95, o que equivale ao valor de mercado para o Banco de R\$ 2,8 bilhões. Durante o ano, as ações DAYC4 apresentaram uma expressiva valorização de 32,4%, enquanto no mesmo período o Ibovespa valorizou 1,0%, o IGC 12,5% e o ITAG 11,7%.

Remuneração dos Acionistas

No ano de 2010, foi pago aos acionistas o valor bruto total de R\$ 193,3 milhões, sendo R\$ 96,6 milhões na forma de juros sobre o capital próprio e R\$ 96,7 milhões na forma de dividendos extraordinários. Os juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício de 2010.

Recursos Humanos

Para acompanhar o crescimento do Banco, são regularmente feitos investimentos na contratação e aperfeiçoamento dos colaboradores. Ao final de dezembro de 2010, o Banco contava com 1.062 colaboradores, sendo 193 pertencentes à equipe de força de vendas (*front-office*) e 274 funcionários na empresa controlada IFP.

Responsabilidade Social

O Banco Daycoval efetuou, em 2010, R\$ 3,2 milhões em doações a entidades assistenciais e, por meio das Leis de Incentivo, investiu cerca de R\$ 2 milhões em projetos culturais e educacionais com destaque para a implementação de bibliotecas que totalizam 17 unidades em localidades de baixo IDH. Em parceria com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Daycoval investiu na inserção social de crianças com foco em educação. No ano de 2010 destacamos a Associação Janeth Arcain e o Instituto Esporte pela Educação que também passam a ser apoiadas pelo Daycoval juntamente com a Fundação Gol de Letra, pela Lei de Incentivo ao Esporte. Com o apoio da iniciativa privada, essas organizações colocam em prática projetos importantes para combater a desigualdade social.



Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras, além dos serviços de auditoria externa, iniciou no segundo semestre de 2009 a prestação de serviços de diagnóstico para identificação das principais diferenças entre as práticas contábeis brasileiras, vigentes na data destas demonstrações financeiras, e as práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, iniciou consultoria para o desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN) do Banco. A política de contratação de serviços técnicos e profissionais de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos nossos acionistas, clientes e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço www.daycoval.com.br/ri

BANCO DAYCOVAL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Referência Nota explicativa	2010		2009	
		Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
ATIVO CIRCULANTE		<u>5.805.021</u>	<u>5.903.090</u>	<u>4.944.257</u>	<u>5.021.043</u>
Disponibilidades		11.274	11.285	31.153	31.542
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 5	<u>1.549.266</u>	<u>1.549.266</u>	<u>2.142.757</u>	<u>2.142.757</u>
Aplicações no mercado aberto		1.355.533	1.355.533	2.075.563	2.075.563
Aplicações em depósitos interfinanceiros		190.652	190.652	48.774	48.774
Aplicações em moedas estrangeiras		3.081	3.081	18.420	18.420
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Notas 6 e 7.II.a)	<u>271.604</u>	<u>248.117</u>	<u>332.893</u>	<u>303.813</u>
Carteira própria		241.955	198.793	236.397	206.252
Vinculados a operações compromissadas		802	802	45.024	45.024
Instrumentos financeiros derivativos		28.847	28.847	20.797	20.797
Vinculados à prestação de garantias		-	-	30.675	30.675
Recursos garantidores de provisões técnicas		-	19.675	-	1.065
Relações interfinanceiras		<u>87.340</u>	<u>87.340</u>	<u>16.120</u>	<u>16.120</u>
Créditos vinculados-					
Depósitos no Banco Central		76.218	76.218	2.049	2.049
Correspondentes		11.122	11.122	14.071	14.071
Operações de crédito		<u>3.278.544</u>	<u>3.394.521</u>	<u>2.119.976</u>	<u>2.223.052</u>
Operações de crédito - setor público	Nota 8	8.522	8.522	4.587	4.587
Operações de crédito - setor privado	Nota 8	3.388.345	3.513.541	2.267.141	2.380.503
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	Nota 9	(118.323)	(127.542)	(151.752)	(162.038)
Outros créditos		<u>549.942</u>	<u>556.306</u>	<u>244.076</u>	<u>246.477</u>
Carteira de câmbio	Nota 10.a)	209.850	209.850	100.496	100.496
Rendas a receber		3.185	3.981	649	1.240
Prêmios de seguros a receber	Nota 18.a)	-	495	-	459
Negociação e intermediação de valores	Nota 7.II.a)	744	744	26	26
Diversos	Nota 10.b)	336.592	341.665	143.907	145.258
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	Nota 9	(429)	(429)	(1.002)	(1.002)
Outros valores e bens	Nota 11	<u>57.051</u>	<u>56.255</u>	<u>57.282</u>	<u>57.282</u>
Bens não de uso próprio		25.192	25.192	27.705	27.705
(Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio)		(3.866)	(3.866)	(4.780)	(4.780)
Despesas antecipadas		35.725	34.929	34.357	34.357
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>2.931.091</u>	<u>3.025.176</u>	<u>1.934.339</u>	<u>2.028.941</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota 5	<u>49.102</u>	<u>49.102</u>	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		49.102	49.102	-	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Notas 6 e 7.II.a)	<u>821.282</u>	<u>878.272</u>	<u>529.962</u>	<u>550.368</u>
Carteira própria		560.905	617.787	324.505	339.841
Vinculados a operações compromissadas		204.991	204.991	201.624	201.624
Instrumentos financeiros derivativos		3.346	3.346	2.140	2.140
Vinculados à prestação de garantias		52.040	52.040	1.693	1.693
Recursos garantidores de provisões técnicas		-	108	-	5.070
Operações de crédito		<u>1.724.263</u>	<u>1.762.784</u>	<u>1.167.936</u>	<u>1.242.116</u>
Operações de crédito - setor público	Nota 8	8.986	8.986	1.251	1.251
Operações de crédito - setor privado	Nota 8	1.766.305	1.804.826	1.216.878	1.291.058
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	Nota 9	(51.028)	(51.028)	(50.193)	(50.193)
Outros créditos		<u>297.845</u>	<u>297.845</u>	<u>212.799</u>	<u>212.814</u>
Diversos	Nota 10.b)	297.845	297.845	212.799	212.814
Outros valores e bens	Nota 11	<u>38.599</u>	<u>37.173</u>	<u>23.642</u>	<u>23.643</u>
Despesas antecipadas		38.599	37.173	23.642	23.643
PERMANENTE		<u>172.359</u>	<u>10.244</u>	<u>64.572</u>	<u>10.844</u>
Investimentos		<u>167.368</u>	<u>590</u>	<u>59.305</u>	<u>382</u>
Participações em controladas - no país	Nota 12	166.924	-	59.061	-
Outros investimentos		444	590	244	382
Imobilizado de uso	Nota 14	<u>4.968</u>	<u>9.616</u>	<u>5.207</u>	<u>10.390</u>
Imóveis de uso		-	10.469	-	10.469
Outras imobilizações de uso		9.764	10.414	9.749	10.485
(Depreciações acumuladas)		(4.796)	(11.267)	(4.542)	(10.564)
Intangível		<u>23</u>	<u>38</u>	<u>60</u>	<u>72</u>
Ativos intangíveis		279	294	339	351
(Amortizações acumuladas)		(256)	(256)	(279)	(279)
TOTAL DO ATIVO		<u>8.908.471</u>	<u>8.938.510</u>	<u>6.943.168</u>	<u>7.060.828</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Referência Nota explicativa	2010		2009	
		Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
PASSIVO CIRCULANTE		3.952.358	3.967.838	3.314.046	3.314.096
Depósitos	Nota 15	1.801.378	1.799.985	1.245.443	1.241.391
Depósitos à vista		203.361	201.968	125.075	122.728
Depósitos interfinanceiros		184.086	184.086	131.286	131.286
Depósitos a prazo		1.411.675	1.411.675	987.127	985.422
Depósitos em moeda estrangeira		2.256	2.256	338	338
Outros depósitos		-	-	1.617	1.617
Captações no mercado aberto	Nota 15	1.147.327	1.134.528	1.191.596	1.189.987
Carteira própria		204.446	191.647	245.691	244.082
Carteira de terceiros		942.881	942.881	945.905	945.905
Recursos de aceites e emissão de títulos	Nota 16	182.829	182.782	208.645	206.023
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		182.829	182.782	208.645	206.023
Relações interfinanceiras		-	-	1.296	1.296
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	-	1.296	1.296
Relações interdependências		7.863	7.863	960	960
Recursos em trânsito de terceiros		7.863	7.863	960	960
Obrigações por empréstimos e repasses	Nota 17	576.988	578.218	495.038	495.038
Empréstimos no exterior		480.497	481.727	450.188	450.188
Repasses do país - instituições oficiais					
BNDES		60.697	60.697	15.747	15.747
FINAME		35.794	35.794	5.705	5.705
Repasses do exterior		-	-	23.398	23.398
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 7.II.a)	20.696	20.696	5.890	5.908
Instrumentos financeiros derivativos		20.696	20.696	5.890	5.908
Provisões técnicas de seguros	Nota 18.b)	-	19.531	-	5.698
Outras obrigações		215.277	224.235	165.178	167.795
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.476	2.476	1.494	1.494
Carteira de câmbio	Nota 19.a)	5.267	5.267	8.719	8.719
Sociais e estatutárias	Nota 19.b)	37.348	37.555	25.546	25.710
Fiscais e previdenciárias	Nota 19.c)	119.112	124.542	66.848	68.642
Negociação e intermediação de valores	Nota 7.II.a)	738	740	295	295
Diversas	Nota 19.d)	50.336	53.655	62.276	62.935
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.169.710	3.185.892	1.931.398	2.048.455
Depósitos	Nota 15	1.461.732	1.393.879	1.145.402	1.140.438
Depósitos interfinanceiros		14.758	14.758	3.343	3.343
Depósitos a prazo		1.446.974	1.379.121	1.142.059	1.137.095
Recursos de aceites e emissão de títulos	Nota 16	487.237	484.726	167.437	167.437
Letras financeiras		3.206	3.206	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		484.031	481.520	167.437	167.437
Obrigações por empréstimos e repasses	Nota 17	714.947	801.493	258.517	380.530
Empréstimos no país		-	86.546	-	122.013
Empréstimos no exterior		547.695	547.695	178.424	178.424
Repasses do país - instituições oficiais					
BNDES		44.703	44.703	55.327	55.327
FINAME		122.549	122.549	24.766	24.766
Instrumentos financeiros derivativos	Nota 7.II.a)	66.341	66.341	19.316	19.316
Instrumentos financeiros derivativos		66.341	66.341	19.316	19.316
Outras obrigações		439.453	439.453	340.726	340.734
Fiscais e previdenciárias	Nota 19.c)	429.731	429.731	336.071	336.079
Diversas	Nota 19.d)	9.722	9.722	4.655	4.655
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		6.361	6.361	5.006	5.006
Resultados de exercícios futuros		6.361	6.361	5.006	5.006
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS		-	599	-	553
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.780.042	1.777.820	1.692.718	1.692.718
Capital social -					
De domiciliados no país		1.359.143	1.359.143	1.359.143	1.359.143
Reservas de capital	Nota 22.f)	-	-	192	192
Reservas de reavaliação	Nota 22.f)	1.441	1.441	1.569	1.569
Reservas de lucros	Nota 22.f)	427.002	424.780	345.887	345.887
Ajustes de avaliação patrimonial -					
títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		356	356	460	460
Ações em tesouraria	Nota 22.f)	(7.900)	(7.900)	(14.533)	(14.533)
TOTAL DO PASSIVO		8.908.471	8.938.510	6.943.168	7.060.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Referência Nota explicativa	2º semestre de 2010		2010		2009	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	647.457	665.667	1.225.975	1.260.160	757.890	801.145
Operações de crédito	529.539	547.100	944.734	980.704	748.605	790.866
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	195.292	195.942	328.327	326.525	262.186	263.198
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	Nota 7.II.i)	(82.987)	(82.988)	(67.282)	(252.901)	(252.919)
Resultado de operações de câmbio	5.613	5.613	20.196	20.196	-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(385.489)	(391.979)	(689.524)	(708.558)	(589.272)	(624.690)
Operações de captação no mercado	(282.031)	(278.143)	(498.205)	(493.868)	(324.508)	(323.713)
Operações de empréstimos e repasses	(23.500)	(33.878)	(44.070)	(67.441)	(24.876)	(61.088)
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	-	(347)	(348)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 9	(79.958)	(147.249)	(147.249)	(239.541)	(239.541)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	261.968	273.688	536.451	551.602	168.618	176.455
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(11.533)	(21.785)	(114.706)	(127.406)	125.643	120.522
Receitas de prestação de serviços	18.212	21.399	30.745	35.735	16.730	18.499
Resultado financeiro das operações com seguros	Nota 18.d)	-	1.275	-	2.894	-
Despesas de pessoal	(47.461)	(51.085)	(90.218)	(94.304)	(63.180)	(63.927)
Outras despesas administrativas	Nota 23.a)	(61.712)	(64.444)	(110.011)	(114.598)	(109.437)
Despesas tributárias	(23.949)	(24.877)	(41.352)	(42.939)	(36.612)	(37.395)
Resultado de participações em controladas	5.625	-	8.477	-	(793)	-
Outras receitas operacionais	Nota 23.b)	139.097	139.624	149.577	150.950	363.245
Outras despesas operacionais	Nota 23.c)	(41.345)	(43.677)	(61.924)	(65.144)	(47.645)
RESULTADO OPERACIONAL	250.435	251.903	421.745	424.196	294.261	296.977
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.143)	(3.166)	(9.733)	(9.756)	(12.927)	(12.929)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	247.292	248.737	412.012	414.440	281.334	284.048
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	Nota 20.a)	(72.214)	(75.655)	(105.930)	(110.151)	(55.909)
Provisão para imposto de renda	(43.626)	(46.094)	(67.176)	(70.165)	(68.486)	(70.133)
Provisão para contribuição social	(27.027)	(28.000)	(41.242)	(42.474)	(41.869)	(42.622)
Ativo fiscal diferido	(1.561)	(1.561)	2.488	2.488	54.446	54.446
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	Nota 25.1	(16.963)	(17.168)	(29.165)	(29.555)	(14.610)
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	-	(21)	-	(39)	-	(41)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	158.115	155.893	276.917	274.695	211.088	211.088
Quantidade de ações	Nota 22.b)	215.478.453	215.478.453	215.478.453	215.478.453	214.767.212
Lucro líquido por ação no fim do semestre / exercício - R\$	0,73	0,72	1,29	1,27	0,98	0,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
					Legal	Lucros a realizar	Estatutárias				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		1.359.143	170	1.991	20.308	12.409	235.000	(4.919)	(16.874)	-	1.607.228
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	5.379	-	-	5.379
Aquisição de ações de emissão própria	Nota 22.d)	-	-	-	-	-	-	-	(36.651)	-	(36.651)
Cancelamento de ações de emissão própria	Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(38.992)	-	38.992	-	-
Atualização de títulos patrimoniais		-	22	-	-	-	-	-	-	-	22
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(640)	-	-	-	-	-	640	-
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de controlada		-	-	218	-	-	-	-	-	-	218
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	211.088	211.088
Destinações:											
Reserva legal		-	-	-	10.555	-	-	-	-	(10.555)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	-	106.607	-	-	(106.607)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 22.e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(94.566)	(94.566)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>1.359.143</u>	<u>192</u>	<u>1.569</u>	<u>30.863</u>	<u>12.409</u>	<u>302.615</u>	<u>460</u>	<u>(14.533)</u>	<u>-</u>	<u>1.692.718</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		1.359.143	192	1.569	30.863	12.409	302.615	460	(14.533)	-	1.692.718
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	(104)	-	-	(104)
Aquisição de ações de emissão própria	Nota 22.d)	-	-	-	-	-	-	-	(237)	-	(237)
Alienação de ações de emissão própria	Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(2.913)	-	6.870	-	3.957
Realização de reserva de capital		-	(192)	-	-	-	192	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(172)	-	-	-	-	-	172	-
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de controlada		-	-	44	-	-	-	-	-	-	44
Dividendos intermediários	Nota 22.e)	-	-	-	-	-	(96.725)	-	-	-	(96.725)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	276.917	276.917
Destinações:											
Reserva legal		-	-	-	13.843	-	-	-	-	(13.843)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	-	166.718	-	-	(166.718)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 22.e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(96.528)	(96.528)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>1.359.143</u>	<u>-</u>	<u>1.441</u>	<u>44.706</u>	<u>12.409</u>	<u>369.887</u>	<u>356</u>	<u>(7.900)</u>	<u>-</u>	<u>1.780.042</u>

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
					Legal	Lucros a realizar	Estatutárias				
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2010		1.359.143	192	1.492	36.803	12.409	204.386	(66)	(11.706)	65.363	1.668.016
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	422	-	-	422
Aquisição de ações de emissão própria	Nota 22.d)	-	-	-	-	-	-	-	(236)	-	(236)
Alienação de ações de emissão própria	Nota 22.d)	-	-	-	-	-	(1.409)	-	4.042	-	2.633
Realização de reserva de capital		-	(192)	-	-	-	192	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(75)	-	-	-	-	-	75	-
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de controlada		-	-	24	-	-	-	-	-	-	24
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	158.115	158.115
Destinações:											
Reserva legal		-	-	-	7.903	-	-	-	-	(7.903)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	-	166.718	-	-	(166.718)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 22.e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.932)	(48.932)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>1.359.143</u>	<u>-</u>	<u>1.441</u>	<u>44.706</u>	<u>12.409</u>	<u>369.887</u>	<u>356</u>	<u>(7.900)</u>	<u>-</u>	<u>1.780.042</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre de 2010		2010		2009	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	158.115	155.893	276.917	274.695	211.088	211.088
Ajustes de reconciliação entre o lucro líquido do semestre / exercício e o caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades operacionais						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	422	422	(104)	(104)	5.379	5.379
Depreciações e amortizações	691	949	1.386	1.902	1.472	1.980
Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	218
Impostos diferidos	1.561	1.561	(2.488)	(2.488)	(54.446)	(54.446)
Provisão para contingências	36.883	36.883	91.447	91.447	93.063	93.063
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	79.832	79.832	147.822	147.822	254.889	254.889
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	126	126	(573)	(573)	(12.753)	(12.753)
Provisão para perdas em outros valores e bens	(784)	(784)	(914)	(914)	(2.595)	(2.595)
Resultado de participações em controladas e coligadas	(5.625)	-	(8.477)	-	793	-
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	113.106	118.989	228.099	237.092	285.802	285.735
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	271.221	274.882	505.016	511.787	496.890	496.823
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES						
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(129.270)	(129.270)	(175.641)	(175.641)	(67.194)	(67.194)
Aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(234.911)	(291.195)	(156.005)	(199.312)	(26.490)	(46.614)
Aumento em relações interfinanceiras e interdependências	(76.072)	(76.072)	(65.613)	(65.613)	(4.122)	(4.122)
Aumento em operações de crédito	(1.012.752)	(989.685)	(1.862.717)	(1.840.542)	(374.831)	(320.850)
(Aumento) Redução em outros créditos	(226.090)	(230.111)	(381.710)	(385.673)	60.849	59.636
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(7.883)	(5.660)	(13.812)	(11.589)	36.867	36.867
Aumento em depósitos	482.028	418.908	872.265	812.035	628.665	624.859
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(13.047)	7.775	(41.245)	(52.435)	(194.739)	(196.348)
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(44.789)	(44.582)	293.984	294.048	(410.996)	(412.035)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	55.377	24.849	538.380	504.143	23.134	(5.925)
Aumento (Redução) em outras obrigações	33.930	36.817	26.215	46.396	(35.302)	(31.500)
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	2.513	2.513	1.355	1.355	(2.552)	(2.552)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(899.745)	(1.000.831)	(459.528)	(561.041)	130.179	131.045
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Alienação de imobilizado de uso	508	531	543	566	197	610
Aumento de capital em controladas	(100.000)	-	(100.000)	-	-	-
Aquisição de imobilizado de uso	(822)	(822)	(1.195)	(1.195)	(297)	(303)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(100.314)	(291)	(100.652)	(629)	(100)	307
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Juros sobre capital próprio/dividendos pagos	(23.909)	(23.909)	(168.230)	(168.230)	(94.566)	(94.566)
Aquisição / alienação de ações de emissão própria	2.398	2.398	3.720	3.720	(36.651)	(36.651)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(21.511)	(21.511)	(164.510)	(164.510)	(131.217)	(131.217)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.021.570)	(1.022.633)	(724.690)	(726.180)	(1.138)	135
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre / exercício	1.460.084	1.461.158	1.163.204	1.164.705	1.164.342	1.164.570
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre / exercício	438.514	438.525	438.514	438.525	1.163.204	1.164.705
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.021.570)	(1.022.633)	(724.690)	(726.180)	(1.138)	135

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre de 2010		2010		2009	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
RECEITAS	<u>694.554</u>	<u>715.397</u>	<u>1.212.690</u>	<u>1.252.889</u>	<u>855.266</u>	<u>897.470</u>
Receitas da intermediação financeira	647.457	665.667	1.225.975	1.260.160	757.890	801.145
Receitas de prestação de serviços	18.212	21.399	30.745	35.735	16.730	18.499
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79.958)	(79.958)	(147.249)	(147.249)	(239.541)	(239.541)
Outras	108.843	108.289	103.219	104.243	320.187	317.367
DESPESAS	<u>(305.531)</u>	<u>(312.021)</u>	<u>(542.275)</u>	<u>(561.309)</u>	<u>(349.731)</u>	<u>(385.149)</u>
Despesas da intermediação financeira	(305.531)	(312.021)	(542.275)	(561.309)	(349.731)	(385.149)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	<u>(56.936)</u>	<u>(59.125)</u>	<u>(100.804)</u>	<u>(104.555)</u>	<u>(97.690)</u>	<u>(100.474)</u>
Materiais, energia e outros insumos	(15.163)	(16.605)	(23.939)	(26.362)	(21.491)	(23.965)
Serviços de terceiros	(41.781)	(42.528)	(76.875)	(78.203)	(76.245)	(76.555)
Recuperação de valores ativos	8	8	10	10	46	46
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>332.087</u>	<u>344.251</u>	<u>569.611</u>	<u>587.025</u>	<u>407.845</u>	<u>411.847</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	<u>(691)</u>	<u>(949)</u>	<u>(1.386)</u>	<u>(1.902)</u>	<u>(1.472)</u>	<u>(1.980)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO / CONSOLIDADO	<u>331.396</u>	<u>343.302</u>	<u>568.225</u>	<u>585.123</u>	<u>406.373</u>	<u>409.867</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	<u>5.625</u>	<u>-</u>	<u>8.477</u>	<u>-</u>	<u>(793)</u>	<u>-</u>
Resultado de equivalência patrimonial	5.625	-	8.477	-	(793)	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>337.021</u>	<u>343.302</u>	<u>576.702</u>	<u>585.123</u>	<u>405.580</u>	<u>409.867</u>
DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO	<u>337.021</u>	<u>343.302</u>	<u>576.702</u>	<u>585.123</u>	<u>405.580</u>	<u>409.867</u>
PESSOAL	<u>56.501</u>	<u>59.816</u>	<u>104.393</u>	<u>108.268</u>	<u>66.989</u>	<u>67.868</u>
Remuneração direta	31.123	33.519	60.286	63.006	40.860	41.386
Benefícios	23.481	24.257	40.687	41.675	23.332	23.647
FGTS	1.897	2.040	3.420	3.587	2.797	2.835
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	<u>118.327</u>	<u>123.210</u>	<u>187.579</u>	<u>193.991</u>	<u>120.609</u>	<u>123.934</u>
Federais	116.690	121.368	184.575	190.707	118.611	121.853
Estaduais	372	374	809	822	526	547
Municipais	1.265	1.468	2.195	2.462	1.472	1.534
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	<u>4.078</u>	<u>4.362</u>	<u>7.813</u>	<u>8.130</u>	<u>6.894</u>	<u>6.936</u>
Aluguéis	4.078	4.362	7.813	8.130	6.894	6.936
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	<u>158.115</u>	<u>155.914</u>	<u>276.917</u>	<u>274.734</u>	<u>211.088</u>	<u>211.129</u>
Juros sobre o capital próprio	48.932	48.932	96.528	96.528	94.566	94.566
Lucros retidos do semestre / exercício	109.183	106.961	180.389	178.167	116.522	116.522
Participação dos minoritários não controladores	-	21	-	39	-	41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO DAYCOVAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. (“Banco”), é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento e por meio de suas subsidiárias diretas e indiretas, atua também na administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco, incluindo sua dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas (“Consolidado”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e
- d) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico, representadas por fundo de investimento em direitos creditórios e fundo de investimento multimercado foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras da dependência e da controlada indireta no exterior, tiveram seus critérios contábeis adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e convertidas para reais.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do Banco Daycoval com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do Consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, é demonstrada como segue:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2010	2009	2010	2009
Conforme demonstrações contábeis individuais	1.780.042	1.692.718	276.917	211.088
Receitas de prestação de serviços de intermediação financeira	(2.222)	-	(2.222)	-
Conforme demonstrações contábeis Consolidadas	1.777.820	1.692.718	274.695	211.088

As demonstrações financeiras consolidadas, abrangem o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas a seguir:

	% - Participação	
	2010	2009
Atividade Financeira - Dependência no Exterior		
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar		
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00	97,00
Não Financeiras		
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda.	99,99	99,99
IFP Promotora de Serviços de Intermediação Financeira Ltda. ("IFP") (1)	99,99	99,99
SCC Assessoria em Cad. e Cobrança Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99	99,99
Entidades de Propósito Específico (EPE)		
Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Daycoval Veículos FIDC") (2)	100,00	100,00
Daycoval Classic Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Daycoval Classic") (3)	94,85	95,99

(1) *Conforme Reunião de Sócios realizada em 1º de julho de 2010, foi alterada, dentre outros assuntos, a razão social da IFP Planejamento e Consultoria em Informática Ltda. para IFP Promotora de Serviços de Intermediação Financeira Ltda.*

(2) *O percentual de participação refere-se à totalidade das cotas subordinadas, mantidas pelo Banco, junto ao Daycoval Veículos FIDC.*

(3) *Início das atividades em 28 de abril de 2009.*

2.a.) Consolidação do Daycoval Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Daycoval Veículos FIDC”)

No processo de consolidação do Daycoval Veículos FIDC, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios e da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram incorporados à carteira de operações de crédito do Banco, com o correspondente registro do financiamento, na rubrica de “Obrigações por empréstimos e repasses - Empréstimos no país”, deduzido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco junto ao Daycoval Veículos FIDC.

Adicionalmente, foram registradas na rubrica de “Operações de crédito”, nas demonstrações do resultado, as rendas oriundas dos direitos creditórios apropriados pelo Daycoval Veículos FIDC, como também o custo do financiamento, oriundos da remuneração das cotas seniores, na rubrica de “Obrigações por empréstimos e repasses”. A receita auferida pelo Banco referente à valorização de suas cotas mantidas junto ao Daycoval Veículos FIDC, originalmente registrada na rubrica de “Resultado com títulos e valores mobiliários”, foi reclassificada para a rubrica de “Operações de crédito”, com o objetivo de refletir, nas demonstrações financeiras consolidadas, a essência desta operação.

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC-SEP nº 01/07, de 14 de fevereiro de 2007, a Administração do Banco adicionou os saldos de recebíveis e de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa às suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 e de 2009, pois considera sob sua responsabilidade o controle (recebimento, repasse e cobrança) sobre os recebíveis cedidos ao Daycoval Veículos FIDC, o que representa na essência, o fornecimento de garantias aos investidores do Fundo em relação aos recebimentos destes recebíveis.

Destacam-se, a seguir, as principais informações referentes ao Daycoval Veículos FIDC, conforme requerido para divulgação na Instrução CVM nº 408/05:

I. Características do Daycoval Veículos FIDC:

Administrado pela *Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.*, tendo sido constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor. O Daycoval Veículos FIDC iniciou suas operações em 11 de agosto de 2008, com prazo determinado de duração de 10 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo.

II. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo Daycoval Veículos FIDC:

O objetivo do Daycoval Veículos FIDC é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco (Cedente) e seus clientes. Estes direitos creditórios serão oriundos de financiamento de veículos.

O Daycoval Veículos FIDC buscará, mas não garantirá, atingir rentabilidade no médio e longo prazos, equivalente a 113% (cento e treze por cento) da taxa DI (depósito interbancário). Este “benchmark” aplica-se às Cotas Seniores, sendo que não há “benchmark” predeterminado para as Cotas Subordinadas.

III. Participação no patrimônio líquido e nos resultados do Daycoval Veículos FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o Daycoval Veículos FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do Daycoval Veículos FIDC, quais sejam:

	<u>% em relação ao patrimônio líquido (1)</u>
Cotas seniores	77,00
Cotas subordinadas	23,00

(1) Conforme artigo 11.12 do Regulamento do Fundo.

IV. Natureza do envolvimento do Banco com o Daycoval Veículos FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, Daycoval Veículos FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

- V. Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e o Daycoval Veículos FIDC, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos do Daycoval Veículos FIDC:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Banco cedeu ao Daycoval Veículos FIDC, sem coobrigação, o montante de R\$119.710 e R\$90.874, respectivamente, em operações de financiamento de veículos.

As cessões de crédito realizadas entre o Banco e o Daycoval Veículos FIDC, não geraram resultados para o Banco.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no Daycoval Veículos FIDC, o Banco reconheceu contabilmente, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, na rubrica de “Resultado com títulos e valores mobiliários”, o resultado da variação dessas cotas no montante de R\$12.709 e de R\$3.207, respectivamente.

- VI. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Daycoval Veículos FIDC apresentava a seguinte situação patrimonial:

Ativo	2010	2009
Disponibilidades	779	1.314
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.511	21.037
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.640	23.933
Títulos públicos federais	6.616	23.921
Instrumentos financeiros derivativo	24	12
Operações de crédito	154.498	177.255
Direitos creditórios	163.717	187.541
(-) Provisão para perdas com direitos creditórios	(9.219)	(10.286)
Outros créditos	-	19
Total do ativo	171.428	223.558
Passivo		
Instrumentos financeiros derivativos	429	14.014
Outras obrigações	41	48
Patrimônio líquido	170.958	209.496
Cotas seniores	103.007	154.254
Cotas subordinadas	67.951	55.242
Total do passivo	171.428	223.558

- VII. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

- VIII. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC:

O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

2.b.) Informações sobre o Daycoval FIDC

Administrado pela *Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.*, tendo sido constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor. O Daycoval FIDC iniciou suas operações em 13 de setembro de 2006, com prazo determinado de duração de 3 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo.

Em 31 de dezembro de 2009, as atividades do Daycoval FIDC encontravam-se encerradas.

I. Montante e natureza dos créditos cedidos:

Durante o período findo de 1º de janeiro a 19 de outubro de 2009 (data do encerramento das atividades) o Banco cedeu ao Daycoval FIDC, em operações de crédito sem coobrigação, o montante de R\$112.639.

As cessões de crédito realizadas entre o Banco e o Daycoval Veículos FIDC, não geraram resultados para o Banco.

II. Resultado da variação cotas subordinadas:

O resultado de R\$9.295, referente ao período de 1º de janeiro a 19 de outubro de 2009 (data de encerramento das atividades), refere-se à valorização de suas cotas mantidas junto ao Daycoval FIDC, originalmente registrada na rubrica de “Resultado com títulos e valores mobiliários”, e que foi reclassificada para a rubrica de “Operações de crédito”, com o objetivo de refletir, nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a essência desta operação.

2.c.) Informações sobre o Daycoval Classic Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado (“Daycoval Classic”)

No processo de consolidação do Daycoval Classic Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (“Daycoval Classic”), o saldo da carteira de títulos e valores mobiliários foi incorporado à respectiva carteira do Banco, em contrapartida à eliminação do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas mantidas pelo Banco junto ao Daycoval Classic.

O resultado apurado com a rentabilidade da cota do Daycoval Classic, foi mantido na mesma rubrica originalmente registrado (“Rendas com títulos e valores mobiliários”), não sendo necessária sua reclassificação.

Destacam-se, a seguir, as principais informações referentes ao Daycoval Classic, conforme requerido para divulgação pela Instrução CVM nº 408/05:

I. Características do Daycoval Classic:

Administrado pela *Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda.*, tendo sido constituído sob a forma de condomínio aberto destinado preponderantemente a público restrito composto pelo Banco e por suas empresas controladas e coligadas. O Daycoval Classic iniciou suas atividades em 28 de abril de 2009, com prazo indeterminado de duração.

II. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo Daycoval Classic:

O objetivo do Daycoval Classic é proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos em títulos e valores mobiliários de renda fixa, de baixo, médio e alto risco de crédito e que proporcionem a exposição de sua carteira de investimentos às oscilações de taxas de juros e/ou índices de preços domésticos, conforme previsto em seu regulamento.

III. Participação no patrimônio líquido e nos resultados do Daycoval Classic:

O Banco tem sua participação relacionada à quantidade de cotas possuídas do patrimônio líquido do Daycoval Classic.

IV. Natureza do envolvimento do Banco com Daycoval Classic e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A carteira de investimentos do Daycoval Classic está sujeita às flutuações de preços e/ou cotações do mercado, aos riscos de crédito e liquidez e às variações de preços e cotações inerentes aos seus ativos, valores mobiliários e modalidades operacionais, o que pode acarretar perda patrimonial ao Daycoval Classic e aos cotistas ou até mesmo patrimônio líquido negativo, caso em que os cotistas serão chamados para aportes adicionais de recursos para cobrir seus prejuízos, mediante solicitação do Administrador.

V. Resultado da variação das cotas mantidas no Daycoval Classic:

Por conta da manutenção de aplicação em cotas do Daycoval Classic, o Banco reconheceu contabilmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e período de 28 de abril (início das atividades do Classic) a 31 de dezembro de 2009, na rubrica de “Resultado com títulos e valores mobiliários”, o resultado da variação dessas cotas no montante de R\$23.419 e de R\$11.566, respectivamente

- VI. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Daycoval Classic apresentava a seguinte situação patrimonial:

Ativo	2010	2009
Disponibilidades	1	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez	13.382	1.676
Títulos e valores mobiliários	199.241	229.515
Outros valores	1	1
Total do ativo	212.625	231.193
Passivo		
Outras obrigações	31	35
Patrimônio líquido	212.594	231.158
Cotas de investimento	177.550	220.462
Resultado acumulado	35.044	10.696
Total do passivo	212.625	231.193

- VII. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do Daycoval Classic:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Daycoval Classic ou de seus demais cotistas.

- VIII. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do Daycoval Classic:

O Banco é o detentor de parte substancial do total de cotas do patrimônio líquido do Daycoval Classic.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

- O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
- As aplicações interfinanceiras de liquidez e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias, cambiais e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

- c) Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Banco Central do Brasil, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de Disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira Livre, com prazo total de aplicação em até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerada imaterial.
- d) Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 podendo ser classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados em receita quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

- e) Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de “swap”, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:
- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.

- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor de mercado na rubrica de “Negociação e intermediação de valores” no ativo ou no passivo e apropriado diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações de “swap” e termo de moeda - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” - em conta de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” - são classificados como “hedge” de risco de mercado ou “hedge” de fluxo de caixa.

Os “hedges” de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os “hedges” de fluxo de caixa são destinados a compensar à variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

- f) As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 editada pelo BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda).

Ainda conforme a Resolução nº 2.682/99, as operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

- g) As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base “pro rata” dia) auferidas e a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, quando aplicável.
- h) Os prêmios de seguros, são apropriados ao resultado quando da vigência das respectivas apólices e faturas de seguro, e diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, pelo período de cobertura do risco, mediante constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e da despesa de comercialização diferida.
- i) As despesas antecipadas referentes às comissões pagas a terceiros são controladas por contrato e contabilizadas em contas patrimoniais ativas na rubrica de “Despesas antecipadas”. A apropriação dessas despesas ao resultado, na rubrica de “Outras despesas administrativas”, é efetuada “pro-rata temporis” de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos ou em sua totalidade quando ocorrer liquidação antecipada destes mesmos contratos.
- j) As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e aplicado a todas as coligadas em que o Banco tenha influência significativa. Entende-se por influência significativa, a participação de 20% ou mais do capital votante.
- k) Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.
- l) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição, exceto quanto aos imóveis de uso de empresa controlada, os quais são registrados por seu valor de custo de aquisição, acrescido dos valores referentes à reavaliação a valor de mercado. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, mencionadas na nota nº 14, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.
- m) O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco e de suas controladas ou exercidos com tal finalidade e, aqueles com vida útil definida, são amortizados linearmente durante o período estimado do benefício econômico do bem.
- n) A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de “Outros valores e bens” e de “Outros créditos - créditos tributários”, são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

- o) As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado, são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço, sendo as obrigações objeto de “hedge” ajustadas ao seu valor de mercado.
- p) A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%.
- q) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.
- r) Provisões técnicas de seguros - as provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 162, de 26 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 181, de 19 de dezembro de 2007, do CNSP, como segue:
- Provisão de sinistros a liquidar - constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros, em discussões judiciais, onde o valor é determinado por peritos reguladores e assessores jurídicos que efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora.
 - Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.
- s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
- A partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2010, os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, passam a ser reconhecidos, mensurados e divulgados conforme a Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, da seguinte forma:
- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

Esta nova resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 e revoga em sua totalidade a Resolução BACEN nº 3.535/08 e as alterações promovidas pelas novas regulamentações do BACEN, aprovando o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que se refere ao reconhecimento e mensuração de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, não resultaram em mudanças nos critérios adotados pela Administração e tampouco refletiram quaisquer ajustes contábeis nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

- t) O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações do capital social integralizado nas datas das demonstrações financeiras.
- u) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de ativos intangíveis; e (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.
- v) Os instrumentos financeiros ativos e passivos pré-fixados são ajustados a valor presente pela existência das contas retificadoras de rendas e despesas a apropriar, que ajustam esses instrumentos aos valores que seriam obtidos em sua realização como se fossem operações à vista, bem como para os instrumentos financeiros pós-fixados, que são realizados pelo seu valor à vista e são periodicamente atualizados por suas respectivas taxas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Disponibilidades	11.274	31.153	11.285	31.542
Aplicações no mercado aberto (1)	412.652	1.129.658	412.652	1.129.658
Títulos e valores mobiliários - livres	14.588	2.393	14.588	3.505
Total de caixa e equivalentes de caixa	438.514	1.163.204	438.525	1.164.705

(1) As aplicações no mercado aberto consideradas para compor o “Caixa e equivalentes de caixa”, estão apresentadas de forma líquida do montante registrado na rubrica de “Captações no mercado aberto – carteira de terceiros” que, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, montam R\$942.881 e R\$945.905, respectivamente, tanto para o Banco quanto para o Consolidado.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas da seguinte forma:

Aplicações em	Banco e Consolidado			
	2010		2009	
	Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
Mercado aberto	até 1 dia útil	1.355.533	até 1 dia útil	2.075.563
Depósitos interfinanceiros	até março de 2015	239.754	até agosto de 2012	48.774
Moedas estrangeiras	até 3 de janeiro de 2011	3.081	até 13 de janeiro de 2010	18.420
Total		<u>1.598.368</u>		<u>2.142.757</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo:

Títulos disponíveis para venda	Banco			
	2010		2009	
	Custo atualizado	Valor de mercado (1)	Custo atualizado	Valor de mercado (1)
Carteira própria	802.205	802.860	559.752	560.902
Letras do tesouro nacional - LTN	37.385	37.216	44.153	43.928
Letras financeiras do tesouro - LFT	57.113	57.113	89.601	89.601
Notas do tesouro nacional - NTN	340.750	338.312	100.035	99.045
Títulos e valores mobiliários no exterior	73.144	75.991	41.656	43.578
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	-	4.242	4.242
Cotas de fundo de investimento	291.973	291.973	277.131	277.131
Ações de companhias abertas	1.840	2.255	2.934	3.377
Vinculados a compromissos de recompra	206.450	205.793	247.846	246.648
Letras do tesouro nacional - LTN	98.947	98.166	135.699	134.904
Letras financeiras do tesouro - LFT	86.457	86.457	45.024	45.024
Notas do tesouro nacional - NTN	21.046	21.170	67.123	66.720
Vinculados à prestação de garantias (2)	52.040	52.040	32.368	32.368
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	54	54
Letras financeiras do tesouro - LFT	52.040	52.040	32.314	32.314
Total	<u>1.060.695</u>	<u>1.060.693</u>	<u>839.966</u>	<u>839.918</u>

Títulos disponíveis para venda	Consolidado			
	2010		2009	
	Custo atualizado	Valor de mercado (1)	Custo atualizado	Valor de mercado (1)
Carteira própria	816.085	816.580	544.005	546.093
Letras do tesouro nacional - LTN	37.385	37.216	53.661	53.399
Letras financeiras do tesouro - LFT	82.119	82.118	117.393	117.392
Notas do tesouro nacional - NTN	340.750	338.312	100.035	99.045
Títulos e valores mobiliários no exterior	92.590	95.436	53.156	55.078
Certificados de depósitos bancários - CDB	132.759	132.759	158.754	158.754
Recibos de depósitos bancários - RDB	3.688	3.688	-	-
Debêntures	10.348	10.349	40.975	40.975
Cotas de fundo de investimento	113.267	113.267	17.004	17.004
Ações de companhias abertas	3.179	3.435	3.027	4.446
Vinculados a compromissos de recompra	206.450	205.793	247.846	246.648
Letras do tesouro nacional - LTN	98.947	98.166	135.699	134.904
Letras financeiras do tesouro - LFT	86.457	86.457	45.024	45.024
Notas do tesouro nacional - NTN	21.046	21.170	67.123	66.720
Vinculados à prestação de garantias (2)	52.040	52.040	32.368	32.368
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-	54	54
Letras financeiras do tesouro - LFT	52.040	52.040	32.314	32.314
Recursos garantidores de provisões técnicas (Nota 18.c)	19.783	19.783	6.118	6.135
Letras financeiras do tesouro - LFT	108	108	6.118	6.135
Cotas de fundos de investimento	19.675	19.675	-	-
Total	1.094.358	1.094.196	830.337	831.244

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento, pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior.

(2) Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 a títulos e valores mobiliários vinculados à: (i) operações realizadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros, no montante de R\$41.785 e de R\$26.962, respectivamente (Nota 7.II.h); e (ii) operações realizadas em Câmaras de Compensação no montante de R\$10.255 e de R\$5.406, respectivamente.

b) Composição por prazo de vencimento:

	Banco						
	2010						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	14.588	1.892	183.819	452.209	37.966	690.474
Letras do tesouro nacional - LTN	-	14.588	1.892	118.902	-	-	135.382
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	41.124	116.520	37.966	195.610
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	23.793	335.689	-	359.482
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	-	-	4.012	71.979	75.991
Títulos de empresas e instituições financeiras	-	-	-	-	4.012	71.979	75.991
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	2.255	-	-	-	-	-	2.255
Ações de companhias abertas	2.255	-	-	-	-	-	2.255
Cotas de fundos de investimento	224.022	-	-	67.951	-	-	291.973
Fundo de direitos creditórios	-	-	-	67.951	-	-	67.951
Fundo de investimento imobiliário	20.701	-	-	-	-	-	20.701
Fundo de investimento multimercado	203.321	-	-	-	-	-	203.321
Total	226.277	14.588	1.892	251.770	456.221	109.945	1.060.693

	Banco						
	2009						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	67.368	12.985	245.561	142.488	43.188	511.590
Letras do tesouro nacional - LTN	-	45	-	178.841	-	-	178.886
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	67.323	12.985	-	43.443	43.188	166.939
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	66.720	99.045	-	165.765
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	2.235	14.790	-	26.553	43.578
Títulos de empresas e instituições financeiras	-	-	2.235	14.790	-	24.927	41.952
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	1.626	1.626
Títulos de países	-	-	-	-	-	-	-
Brasil	-	-	-	-	-	1.626	1.626
Títulos privados	3.377	4.242	-	-	-	-	7.619
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	4.242	-	-	-	-	4.242
Ações de companhias abertas	3.377	-	-	-	-	-	3.377
Cotas de fundos de investimento	221.889	-	-	-	-	55.242	277.131
Fundo de direitos creditórios	-	-	-	-	-	55.242	55.242
Fundo de investimento multimercado	221.889	-	-	-	-	-	221.889
Total	225.266	71.610	15.220	260.351	142.488	124.983	839.918

	Consolidado						
	2010						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	14.588	1.892	183.819	467.895	47.393	715.587
Letras do tesouro nacional - LTN	-	14.588	1.892	118.902	-	-	135.382
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	41.124	132.206	47.393	220.723
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	23.793	335.689	-	359.482
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	1.195	176	8.837	4.011	81.217	95.436
Títulos de empresas e instituições financeiras	-	1.195	176	8.837	4.011	81.217	95.436
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	-	-
Títulos privados	3.435	20.457	44.585	76.346	426	4.982	150.231
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	20.023	43.336	69.400	-	-	132.759
Recibos de depósitos bancários - RDB	-	434	1.107	1.721	426	-	3.688
Debêntures	-	-	142	5.225	-	4.982	10.349
Ações de companhias abertas	3.435	-	-	-	-	-	3.435
Cotas de fundos de investimento	132.942	-	-	-	-	-	132.942
Fundo de direitos creditórios	16.351	-	-	-	-	-	16.351
Fundo de investimento imobiliário	20.701	-	-	-	-	-	20.701
Fundo de investimento multimercado	95.890	-	-	-	-	-	95.890
Total	136.377	36.240	46.653	269.002	472.332	133.592	1.094.196

	2009						
	Sem vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Títulos públicos federais	-	68.796	20.439	259.025	157.675	49.052	554.987
Letras do tesouro nacional - LTN	-	51	-	188.306	-	-	188.357
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	68.745	20.439	3.999	58.630	49.052	200.865
Notas do tesouro nacional - NTN	-	-	-	66.720	99.045	-	165.765
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	1.772	2.235	15.683	2.484	32.904	55.078
Títulos de empresas e instituições financeiras	-	1.772	2.235	15.683	2.484	31.278	53.452
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de países	-	-	-	-	-	1.626	1.626
Brasil	-	-	-	-	-	1.626	1.626
Títulos privados	4.446	21.234	147.090	21.616	4.853	4.936	204.175
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	21.234	116.653	20.867	-	-	158.754
Debêntures	-	-	30.437	749	4.853	4.936	40.975
Ações de companhias abertas	4.446	-	-	-	-	-	4.446
Cotas de fundos de investimento	17.004	-	-	-	-	-	17.004
Fundo de direitos creditórios	4.844	-	-	-	-	-	4.844
Fundo de renda fixa	12.160	-	-	-	-	-	12.160
Total	21.450	91.802	169.764	296.324	165.012	86.892	831.244

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

I. Informações qualitativas

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

Os componentes de risco de crédito e risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com os instrumentos financeiros derivativos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de “hedge” para as demais áreas.

a) Instrumentos financeiros derivativos:

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são: “swaps”, contratos futuros de dólar (DOL), de taxa de juros (DI) e de cupom cambial (DDI) e termo de moeda (“NDF”). A partir da vigência da Circular BACEN nº 3.082/02, pôde-se optar pela aplicação da contabilização particular nos casos em que os instrumentos derivativos são utilizados para proteção das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa da instituição.

b) Gerenciamento de riscos:

Risco de mercado

É utilizada a metodologia do Valor em Risco - V@R, para a mensuração da exposição ao risco de mercado. Esta metodologia permite que o V@R seja aplicado de forma consistente para todos os produtos e mercados, tornando possível a comparação de riscos entre diferentes carteiras do Banco. O modelo de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de dez dias e nível de confiança de 99%, sendo aplicado, no fechamento de cada dia, sobre a base de operações em aberto. Os resultados obtidos e calculados com base no modelo de V@R são analisados diariamente pela gerência da Área de Riscos.

Os relatórios com os resultados apurados são disponibilizados para as pessoas autorizadas a consultá-los na intranet do Banco. A eficácia do modelo é testada através de processos que indicam o grau de aderência dos resultados previamente obtidos, em comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, que não são capturados pelo V@R, são utilizadas técnicas de análise de cenários. Estas técnicas contemplam análises de cenários projetados e testes de estresses, cujo objetivo final é assegurar que o Banco, e as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, se encontram em condições de reagir a situações extremas de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco e de suas controladas, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse, voltados especificamente para liquidez.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado presentes nas demonstrações financeiras, do Banco e do Consolidado são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial, taxa de juros vinculada aos índices SELIC, DI, Libor e exposição à variação cambial de moedas.

c) Análise de sensibilidade:

Como prática de governança de gestão de riscos, o Banco e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado.

Os limites de risco de mercado são propostos em Comitê específico, conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- c.1.) Carteira “Trading”: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a “hedge” de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- c.2.) Carteira “Banking”: refere-se às operações que não são classificadas na carteira “Trading” e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita acima está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Banco e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira “*Trading*”, uma vez que representam as exposições que sofrerão impactos relevantes sobre o resultado do Banco.

A Carteira “*Banking*” não foi considerada para a análise de sensibilidade pelos seguintes motivos:

- As operações de crédito que estão nesta carteira, são financiadas em parte pelos depósitos à vista e a prazo e pelas operações de captação de recursos no exterior, os quais constituem “*hedge*” natural para eventuais oscilações de taxas de juros.
- As oscilações de taxas de juros não representam impacto material sobre o resultado do Banco, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu respectivo vencimento.
- A carteira “*Banking*” não possui operações com instrumentos financeiros derivativos, sendo estas relacionadas à carteira “*Trading*” em sua totalidade.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira “*Trading*” para a data-base de 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

Exposições financeiras Fatores de riscos	2010		
	Cenários		
	1	2	3
Pré-fixado	(19.947)	(46.245)	(69.637)
Moeda estrangeira	(5.402)	(25.037)	(44.269)
Cupom cambial	(42)	(222)	(391)
Índices de preços	(667)	(829)	(989)
Renda variável	(68)	(173)	(278)
Captação	(2.320)	(19.102)	(33.300)
Outros	(127)	(305)	(474)
Total	(28.573)	(91.913)	(149.338)

Exposições financeiras Fatores de riscos	2009		
	Cenários		
	1	2	3
Pré-fixado	(15.332)	(34.271)	(52.169)
Moeda estrangeira	(5.007)	(23.210)	(41.412)
Cupom cambial	154	201	246
Índices de preços	(1.485)	(1.849)	(2.209)
Renda variável	(188)	(534)	(879)
Captação	(4.617)	(28.032)	(49.701)
Outros	(178)	(403)	(621)
Total	(26.653)	(88.098)	(146.745)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foi tomado como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$1,79 (R\$/US\$1,87 em 2009); (ii) taxa de juros pré-fixada de 14,55% a.a. (13,00% a.a. em 2009); (iii) Ibovespa de 59.600 pontos (60.350 pontos em 2009); e (iv) cupom cambial de 8,28% a.a. (6,90% a.a. em 2009).
- Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$2,24 (R\$/US\$2,34 em 2009); (ii) taxa de juros pré-fixada de 18,18% a.a. (16,25% a.a. em 2009); (iii) Ibovespa de 44.700 pontos (45.263 pontos em 2009); e (iv) cupom cambial de 10,35% a.a. (8,63% a.a. em 2009).
- Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$2,69 (R\$/US\$2,81 em 2009); (ii) taxa de juros pré-fixada de 21,82% a.a. (19,50% a.a. em 2009); (iii) Ibovespa de 29.800 pontos (30.175 pontos em 2009); e (iv) cupom cambial de 12,41% a.a. (10,35% a.a. em 2009)

É importante mencionar que os resultados apresentados no quadro anterior refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2010 e de 2009. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações financeiras. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira “*Trading*”, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

d) Política de “hedge”:

A política de “hedge” é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de “hedge” são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O acompanhamento da efetividade da estrutura do “hedge”, que avalia a compensação, pelos instrumentos financeiros derivativos, dos efeitos das flutuações no preço de mercado sobre os itens objeto de “hedge”, é realizado mensalmente. A efetividade apurada para cada unidade de “hedge” está entre 80% e 125%, que se refere ao intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Banco não possui operações com instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” de fluxo de caixa.

e) Valor de mercado:

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Quando aplicável, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Foram adotadas as seguintes metodologias de precificação para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos:

- Operações no mercado futuro - cotações divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
- Contratos de “swap” e termo de moedas - utilização do fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

II. Informações quantitativas

Os diferenciais a receber e a pagar e os ajustes diários pagos ou recebidos referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” e de “Negociação e intermediação de valores” em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos” e, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, estão ajustados ao seu valor de mercado e os valores nominais dessas operações registrados em contas de compensação, conforme demonstrado a seguir:

- a) Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” e “Negociação e intermediação de valores”:

	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ativo (Banco e Consolidado)				
Instrumentos financeiros derivativos	28.847	3.346	20.797	2.140
Operações de "swap" - diferencial a receber	28.419	3.346	20.782	2.140
Termo de moeda a receber	428	-	15	-
Negociação e intermediação de valores	744	-	26	-
Futuros a liquidar	744	-	19	-
Taxa de juros (DI)	735	-	19	-
Cupom cambial (DDI)	9	-	-	-
Outros valores a receber	-	-	7	-
Conta de liquidação pendente	-	-	7	-
Passivo (Banco)				
Instrumentos financeiros derivativos	20.696	66.341	5.890	19.316
Operações de "swap" - diferencial a pagar	20.304	66.341	5.876	19.316
Termo de moeda a pagar	392	-	14	-
Negociação e intermediação de valores	738	-	295	-
Futuros a liquidar	738	-	295	-
Dólar futuro (DOL)	729	-	4	-
Taxa de juros (DI)	9	-	290	-
Cupom cambial (DDI)	-	-	1	-
Passivo (Consolidado)				
Instrumentos financeiros derivativos	20.696	66.341	5.908	19.316
Operações de "swap" - diferencial a pagar	20.304	66.341	5.876	19.316
Termo de moeda a pagar	392	-	32	-
Negociação e intermediação de valores	740	-	295	-
Futuros a liquidar	738	-	295	-
Dólar futuro (DOL)	729	-	4	-
Taxa de juros (DI)	9	-	290	-
Cupom cambial (DDI)	-	-	1	-
Outros valores a pagar	2	-	-	-
Conta de liquidação pendente	2	-	-	-

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte:

		Banco			
		2010		2009	
Contrato	Tipo de contraparte	Valores a receber	(a pagar)	Valores a receber	(a pagar)
Futuro	BM&FBOVESPA S.A.	744	738	19	(295)
Swap	Instituições financeiras	31.765	(86.645)	19.413	(25.192)
	Pessoas jurídicas	-	-	3.509	-
	Total de operação de swap	31.765	(86.645)	22.922	(25.192)
Termo	Instituições financeiras	-	(392)	-	(14)
	Pessoas jurídicas	428	-	15	-
	Total de operação a termo	428	(392)	15	(14)
		Consolidado			
		2010		2009	
Contrato	Tipo de contraparte	Valores a receber	(a pagar)	Valores a receber	(a pagar)
Futuro	BM&FBOVESPA S.A.	744	738	19	(295)
Swap	Instituições financeiras	31.765	(86.645)	19.413	(25.192)
	Pessoas jurídicas	-	-	3.509	-
	Total de operação de swap	31.765	(86.645)	22.922	(25.192)
Termo	Instituições financeiras	-	(392)	-	(32)
	Pessoas jurídicas	428	-	15	-
	Total de operação a termo	428	(392)	15	(32)

c) Contratos de "swap" (Banco e Consolidado):

		2010				Diferencial a receber (a pagar)	
		Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		
			Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Operações ativas							
Objetivo de "trading"							
	Ações x CDI	83.020	109.438	(88.464)	109.438	(88.464)	20.974
	CDI x Dólar	107.627	112.438	(104.896)	112.438	(103.776)	8.662
	Eurobonds x CDI	51.525	52.078	(51.823)	54.253	(52.887)	1.366
	Dólar x CDI	194.175	187.943	(196.100)	200.345	(199.582)	763
	Total de operações ativas	436.347	461.897	(441.283)	476.474	(444.709)	31.765
Operações passivas							
Objetivo de "trading"							
	Libor x Dólar	10.956	11.018	(11.154)	11.105	(11.123)	(18)
	Ações x CDI	12.449	12.343	(12.515)	12.343	(12.515)	(172)
	Libor x CDI	290.751	265.200	(295.357)	277.553	(300.017)	(22.464)
	Dólar x CDI	536.244	524.434	(580.553)	548.040	(612.031)	(63.991)
	Total de operações passivas	850.400	812.995	(899.579)	849.041	(935.686)	(86.645)

2009						
	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Diferencial a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Operações ativas						
Objetivo de "trading"						
Dólar x CDI	256.733	270.464	(259.185)	276.064	(259.493)	16.571
CDI x Dólar	64.053	65.836	(60.000)	65.946	(60.561)	5.385
Ações x CDI	11.712	12.275	(11.840)	10.798	(10.363)	435
Total	332.498	348.575	(331.025)	352.808	(330.417)	22.391
Objetivo de "hedge" de risco de mercado						
Libor x CDI	22.783	23.234	(22.865)	23.395	(22.864)	531
Total	22.783	23.234	(22.865)	23.395	(22.864)	531
Total de operações ativas	355.281	371.809	(353.890)	376.203	(353.281)	22.922
Operações passivas						
Objetivo de "trading"						
CDI x Dólar	35.153	35.455	(35.548)	35.455	(35.746)	(291)
Libor x Dólar	21.913	23.054	(23.312)	23.286	(23.711)	(425)
Dólar x CDI	180.128	172.390	(186.660)	181.041	(189.750)	(8.709)
Libor x CDI	42.266	31.917	(42.980)	33.302	(43.484)	(10.182)
Total	279.460	262.816	(288.500)	273.084	(292.691)	(19.607)
Objetivo de "hedge" de risco de mercado						
Libor x CDI	157.343	156.940	(163.461)	158.150	(163.735)	(5.585)
Total	157.343	156.940	(163.461)	158.150	(163.735)	(5.585)
Total de operações passivas	436.803	419.756	(451.961)	431.234	(456.426)	(25.192)

d) Contratos a termo:

Banco						
2010						
Termo de moeda	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Valores a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Objetivo de "trading"						
Venda a termo de moeda	10.515	10.629	(10.314)	10.611	(10.183)	428
Total de operações ativas	10.515	10.629	(10.314)	10.611	(10.183)	428
Objetivo de "trading"						
Compra a termo de moeda	10.515	10.610	(10.314)	10.183	(10.575)	(392)
Total de operações passivas	10.515	10.610	(10.314)	10.183	(10.575)	(392)
2009						
Termo de moeda	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Valores a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Objetivo de "trading"						
Venda a termo de moeda	184	189	(176)	190	(175)	15
Total de operações ativas	184	189	(176)	190	(175)	15
Objetivo de "trading"						
Compra a termo de moeda	184	189	(176)	175	(189)	(14)
Total de operações passivas	184	189	(176)	175	(189)	(14)

Consolidado						
2010						
Termo de moeda	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Valores a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Objetivo de "trading"						
Venda a termo de moeda	10.515	10.629	(10.314)	10.611	(10.183)	428
Total de operações ativas	10.515	10.629	(10.314)	10.611	(10.183)	428
Objetivo de "trading"						
Compra a termo de moeda	10.515	10.610	(10.314)	10.183	(10.575)	(392)
Total de operações passivas	10.515	10.610	(10.314)	10.183	(10.575)	(392)
2009						
Termo de moeda	Valor referencial	Valor de custo		Valor de mercado		Valores a receber (a pagar)
		Banco	Contraparte	Banco	Contraparte	
Objetivo de "trading"						
Venda a termo de moeda	184	189	(176)	190	(175)	15
Total de operações ativas	184	189	(176)	190	(175)	15
Objetivo de "trading"						
Compra a termo de moeda	1.226	1.229	(1.226)	1.215	(1.247)	(32)
Total de operações passivas	1.226	1.229	(1.226)	1.215	(1.247)	(32)

e) Contratos futuros (Banco e Consolidado):

2010					
Contratos	Valor de referência			Ajustes diários	
	Valor comprado	Valor vendido	Total da exposição	a receber	(a pagar)
Objetivo de "trading"					
Taxa de juros (DI)	740.320	15.612	755.932	735	9
Dólar futuro (DOL)	74.057	-	74.057	-	729
Cupom cambial (DDI)	-	810	810	9	-
Total	814.377	16.422	830.799	744	738
2009					
Contratos	Valor de referência			Ajustes diários	
	Valor comprado	Valor vendido	Total da exposição	a receber	(a pagar)
Objetivo de "trading"					
Taxa de juros (DI)	906.229	47.087	953.316	19	(290)
Dólar futuro (DOL)	-	25.866	25.866	-	(4)
Cupom cambial (DDI)	-	1.646	1.646	-	(1)
Total	906.229	74.599	980.828	19	(295)

f) Operações por vencimento (valores de referência - "notional"):

Contratos	Banco				
	2010				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Futuro	276.630	36.486	290.470	227.213	830.799
"Swap"	79.340	256.561	498.408	452.438	1.286.747
Termo	19.886	1.144	-	-	21.030
Total	375.856	294.191	788.878	679.651	2.138.576

Banco						
2009						
Contratos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Futuro	247.026	73.157	628.385	23.225	9.035	980.828
"Swap"	20.929	464.936	306.219	-	-	792.084
Termo	368	-	-	-	-	368
Total	268.323	538.093	934.604	23.225	9.035	1.773.280

Consolidado						
2010						
Contratos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total	
Futuro		276.630	36.486	290.470	227.213	830.799
"Swap"		79.340	256.561	498.408	452.438	1.286.747
Termo		19.886	1.144	-	-	21.030
Total		375.856	294.191	788.878	679.651	2.138.576

2009						
Contratos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Futuro	247.026	73.157	628.385	23.225	9.035	980.828
"Swap"	20.929	464.936	306.219	-	-	792.084
Termo	368	1.042	-	-	-	1.410
Total	268.323	539.135	934.604	23.225	9.035	1.774.322

g) Local de negociação:

	Banco		Consolidado	
	Valor de referência		Valor de referência	
	2010	2009	2010	2009
Futuros				
BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	830.799	980.828	830.799	980.828
"Swap"				
CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos	1.286.747	754.596	1.286.747	754.596
BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	-	37.488	-	37.488
Termo				
CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos	21.030	368	21.030	368
Exterior	-	-	-	1.042

h) Margens de garantia (Banco e Consolidado):

	2010		2009	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Títulos públicos federais				
Letras financeiras do tesouro - LFT	41.785	41.785	26.962	26.962
Total	41.785	41.785	26.962	26.962

i) Ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Derivativos	Banco					
	2010			2009		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
"Swap"	219.772	(284.577)	(64.805)	120.614	(296.125)	(175.511)
Termo de moedas	1.613	(1.531)	82	5.028	(6.423)	(1.395)
Futuro	101.826	(104.385)	(2.559)	427.317	(503.312)	(75.995)
Total	323.211	(390.493)	(67.282)	552.959	(805.860)	(252.901)

Derivativos	Consolidado					
	2010			2009		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
"Swap"	219.772	(284.577)	(64.805)	120.614	(296.125)	(175.511)
Termo de moedas	1.864	(1.764)	100	5.133	(6.546)	(1.413)
Futuro	101.826	(104.386)	(2.560)	427.317	(503.312)	(75.995)
Total	323.462	(390.727)	(67.265)	553.064	(805.983)	(252.919)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	2010			
	Banco		Consolidado	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimos	2.771.975	1.413.959	2.771.975	1.413.959
Títulos descontados	170.443	45	170.443	45
Financiamentos	442.136	360.766	567.332	399.287
Financiamentos rurais e agroindustriais	12.313	521	12.313	521
Total de operações de créditos	3.396.867	1.775.291	3.522.063	1.813.812
Outros títulos e créditos a receber (Nota 10.b))	4.527	10.573	4.527	10.573
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (Nota 10.a) e 19.a))	215.991	-	215.991	-
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (Nota 10.b))	429	-	429	-
Total de outros créditos	220.947	10.573	220.947	10.573
Total da carteira de crédito	3.617.814	1.785.864	3.743.010	1.824.385

	2009			
	Banco		Consolidado	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Empréstimos	1.759.493	952.130	1.759.493	952.130
Títulos descontados	171.160	38	171.160	38
Financiamentos	336.478	265.661	449.840	339.841
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.597	300	4.597	300
Total de operações de créditos	2.271.728	1.218.129	2.385.090	1.292.309
Outros títulos e créditos a receber (Nota 10.b))	6.910	11.987	6.910	11.987
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (Nota 10.a) e 19.a))	95.008	-	95.008	-
Importação amparadas por carta de crédito (Nota 19.a))	22.559	-	22.559	-
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (Nota 10.b))	1.002	-	1.002	-
Total de outros créditos	125.479	11.987	125.479	11.987
Total da carteira de crédito	2.397.207	1.230.116	2.510.569	1.304.296

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco:

Nível de risco	2010				2009			
	Total da carteira de crédito		Provisão		Total da carteira de crédito		Provisão	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
AA	63.910	172.578	-	-	114.993	244.451	-	-
A	2.489.105	2.510.011	12.446	12.550	1.577.239	1.600.585	7.886	8.003
B	2.519.711	2.529.869	25.197	25.298	1.531.272	1.540.938	15.313	15.410
C	109.541	118.392	3.286	3.552	127.917	137.052	3.837	4.111
D	60.025	63.884	6.003	6.389	54.151	57.825	5.415	5.782
E	20.274	22.727	6.082	6.818	37.370	39.653	11.211	11.896
F	28.041	29.637	14.021	14.819	36.333	37.938	18.167	18.969
G	34.419	35.747	24.093	25.023	23.099	24.535	16.169	17.174
H	78.652	84.550	78.652	84.550	124.949	131.888	124.949	131.888
Total	5.403.678	5.567.395	169.780	178.999	3.627.323	3.814.865	202.947	213.233

c) Diversificação por setor econômico:

	2010		2009	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
Setor privado				
Indústria	1.863.050	1.863.050	1.109.733	1.109.733
Comércio	704.609	704.609	408.713	408.713
Intermediários financeiros	58.925	58.925	40.178	40.178
Rural	12.834	12.834	4.897	4.897
Outros serviços	1.003.274	1.005.241	608.857	611.040
Pessoas físicas	1.743.478	1.905.228	1.449.107	1.634.466
Setor público	17.508	17.508	5.838	5.838
Total	5.403.678	5.567.395	3.627.323	3.814.865

d) Composição por prazo de vencimento:

	2010		2009	
	Banco	Consolidado	Banco	Consolidado
A vencer				
Até 3 meses	1.727.538	1.762.627	1.196.742	1.226.848
De 3 a 12 meses	1.805.711	1.886.934	1.070.290	1.146.329
De 1 a 3 anos	1.345.459	1.383.980	974.393	1.047.293
De 3 a 5 anos	401.824	401.824	225.644	226.924
Acima de 5 anos	38.581	38.581	30.079	30.079
Total	5.319.113	5.473.946	3.497.148	3.677.473
Vencidas				
Até 60 dias	21.780	27.265	34.252	38.860
De 61 a 180 dias	42.912	45.257	45.320	47.076
De 181 a 360 dias	19.212	20.266	48.426	49.276
Mais de 360 dias	661	661	2.177	2.180
Total	84.565	93.449	130.175	137.392
Total	5.403.678	5.567.395	3.627.323	3.814.865

e) Concentração das operações de crédito:

	2010			
	Banco		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maiores devedores				
10 maiores devedores	670.946	12,42	670.946	12,05
50 seguintes maiores devedores	798.184	14,77	798.184	14,34
100 seguintes maiores devedores	717.954	13,29	717.954	12,89
Demais devedores	3.216.594	59,52	3.380.311	60,72
Total	5.403.678	100,00	5.567.395	100,00
	2009			
	Banco		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maiores devedores				
10 maiores devedores	310.431	8,56	310.431	8,14
50 seguintes maiores devedores	565.284	15,58	565.284	14,82
100 seguintes maiores devedores	511.178	14,09	511.178	13,40
Demais devedores	2.240.430	61,77	2.427.972	63,64
Total	3.627.323	100,00	3.814.865	100,00

f) Operações renegociadas:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram renegociados contratos de operações de crédito no montante de R\$185.714.

g) Cessões de crédito:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco cedeu o montante de R\$150.207 em operações de crédito consignado, com coobrigação, a outra instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, as quais foram baixadas da carteira de operações de crédito e estão registradas em contas de compensação (Nota 26). Estas cessões não incluem os montantes cedidos aos FIDCs mencionados na Nota 2.a) e 2.b).

h) Recuperação de créditos baixados como prejuízo:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o Banco recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$32.241 e de R\$28.869, respectivamente, reconhecidos no resultado na rubrica de “Operações de crédito”.

9. PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, para as operações de crédito registradas nas demonstrações financeiras individuais, foi constituída conforme critérios descritos na Nota 3.f), e é considerada suficiente para absorver eventuais perdas da carteira de operações de crédito.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo inicial	202.947	183.277
Constituição de provisão	147.249	239.541
Baixa como prejuízo	(180.416)	(219.871)
Saldo final	<u>169.780</u>	<u>202.947</u>
Total classificado no ativo circulante - operações de crédito	118.323	151.752
Total classificado no ativo circulante - outros créditos diversos (Nota 10.b))	429	1.002
Total classificado no ativo não circulante realizável a longo prazo - operações de créditos	51.028	50.193

10. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos está apresentado da seguinte forma:

a) Carteira de câmbio (Banco e Consolidado):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Câmbio comprado a liquidar	202.723	94.032
Direitos sobre vendas de câmbio	4.262	25.918
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(2.864)	(22.181)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 8.a))	5.729	2.727
Total	<u>209.850</u>	<u>100.496</u>

b) Diversos:

	Banco			
	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Adiantamentos salariais	363	-	331	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	9.012	-	8.309	-
Créditos tributários (Nota 20.c))	39.206	131.073	67.005	94.645
Devedores por compra de valores e bens (Nota 8.a))	4.527	10.573	6.910	11.987
Devedores por depósitos em garantia (1)	-	156.198	-	106.167
Impostos e contribuições a compensar (2)	45.009	-	89	-
Pagamentos a ressarcir	688	-	701	-
Títulos e créditos a receber- com características de concessão de crédito (Nota 8.a))	429	-	1.002	-
Títulos e créditos a receber- sem características de concessão de crédito (3)	214.337	1	29.169	-
Devedores diversos	23.021	-	30.391	-
Total	336.592	297.845	143.907	212.799
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(429)	-	(1.002)	-

	Consolidado			
	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo Prazo
Adiantamentos salariais	363	-	346	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	10.526	-	8.309	-
Créditos tributários (Nota 20.c))	39.206	131.073	67.005	94.660
Devedores por compra de valores e bens (Nota 8.a))	4.527	10.573	6.910	11.987
Devedores por depósitos em garantia (1)	-	156.198	-	106.167
Impostos e contribuições a compensar (2)	48.566	-	1.425	-
Pagamentos a ressarcir	687	-	701	-
Títulos e créditos a receber- com características de concessão de crédito (Nota 8.a))	429	-	1.002	-
Títulos e créditos a receber- sem características de concessão de crédito (3)	214.337	1	29.169	-
Devedores diversos	23.024	-	30.391	-
Total	341.665	297.845	145.258	212.814
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9)	(429)	-	(1.002)	-

(1) Refere-se, substancialmente, ao registro de depósitos decorrentes de exigências legais, realizados para interposição de recursos relativos a impostos e contribuições (Nota 21.b)).

(2) Inclui antecipações de imposto de renda e de contribuição social no montante de R\$44.925 (Banco) e R\$46.960 (Consolidado). As antecipações de imposto de renda e de contribuição social, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, montam R\$37.002 (Banco) e R\$38.469 (Consolidado) e, estão registradas na rubrica de "Fiscais e previdenciárias – antecipação de imposto de renda e contribuição social", no passivo circulante, Nota 19.c).

(3) Refere-se à compra de direitos creditórios sem direito de regresso.

11. OUTROS VALORES E BENS

	Banco e Consolidado			
	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Bens não de uso próprio (1)	25.192	-	27.705	-
(-) Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(3.866)	-	(4.780)	-
Total de bens não de uso próprio	21.326	-	22.925	-
Despesas antecipadas (2) (3)	35.725	38.599	34.357	23.642
Total	57.051	38.599	57.282	23.642

(1) Refere-se aos bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

(2) Refere-se, substancialmente, às despesas de comissões pagas antecipadamente a terceiros (Nota 3.i)).

(3) As despesas antecipadas no Consolidado montam, em 31 de dezembro de 2010, R\$72.103 (R\$58.000 em 2009), sendo R\$34.929 (R\$34.357 em 2009) registradas no ativo circulante e R\$37.173 (R\$23.643 em 2009) registradas no ativo não-circulante realizável a longo prazo.

12. INVESTIMENTOS

Os investimentos estão, substancialmente, representados por participações em empresas controladas e as principais informações estão apresentadas a seguir:

12.1) Empresas controladas diretamente:

	ACS Participações (1)		Daycoval Asset Management		Dayprev	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Capital social	123.448	23.448	1.554	1.554	15.000	15.000
Quantidades de ações / cotas possuídas	536.730.077	101.947.448	14.253	14.253	14.500.000	14.500.000
Patrimônio líquido	144.165	39.054	3.935	2.278	19.422	18.282
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.623	(2.627)	1.657	506	1.234	1.369
Participação %	99,99	99,99	99,99	99,99	97,00	97,00
Investimento ajustado	144.150	39.050	3.935	2.278	18.839	17.733
Resultado de equivalência patrimonial	5.622	(2.627)	1.657	506	1.198	1.328

(1) Conforme reunião de sócios, realizada em 1º de julho de 2010, foi aprovado o aumento do capital social de R\$23.448, representado por 101.947.468 quotas, para R\$123.448, representado por 536.730.077 quotas.

12.2) Empresas controladas indiretamente:

	Treetop Investments		IFP Promotora de Serviços (1)		SCC Assessoria (2)	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Capital social	4.446	4.647	10.020	20	10.020	20
Quantidades de ações / cotas possuídas	2.668.585	2.668.585	10.020.000	20.000	10.020.000	20.000
Patrimônio líquido	17.297	16.319	8.713	113	10.281	109
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.258	970	(1.400)	-	172	-
Participação %	100,00	100,00	99,99	99,99	99,99	99,99
Investimento ajustado	17.297	16.319	8.712	113	10.280	109
Resultado de equivalência patrimonial	2.258	970	(1.400)	-	172	-

(1) Conforme reunião de sócios, realizada em 1º de julho de 2010, foi aprovado o aumento do capital social de R\$20, representado por 20.000 quotas, para R\$10.020, representado por 10.020.000 quotas.

(2) Conforme reunião de sócios, realizada em 19 de outubro de 2010, foi aprovado o aumento do capital social de R\$20, representado por 20.000 quotas, para R\$10.020, representado por 10.020.000 quotas.

13. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações do Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), praticadas com terceiros e incluídas nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, são demonstrados a seguir:

	2010		2009	
	US\$ mil	R\$ mil (1)	US\$ mil	R\$ mil (1)
Ativos				
Disponibilidades	242	404	163	284
Aplicações interfinanceiras de liquidez	550	916	3.382	5.889
Títulos e valores mobiliários	46.016	76.672	25.028	43.579
Operações de crédito	3.636	6.058	-	-
Outros valores e bens	2.356	3.926	4.644	8.086
Total de ativos	52.800	87.976	33.217	57.838
Passivos				
Depósito à vista	69	115	26	45
Obrigações por títulos e valores mobiliários	103.283	172.090	215.990	376.082
Obrigações por empréstimos e repasses	102.956	171.545	127.681	222.318
Total de passivos	206.308	343.750	343.697	598.445

(1) Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R\$, com base nas cotações desta moeda de R\$/US\$1,6662 e de R\$/US\$1,7412, divulgadas pelo BACEN, respectivamente para as datas de 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

14. IMOBILIZADO DE USO

Descrição	Banco				
	2010			2009	
	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10	931	(415)	516	602
Móveis e equipamentos de uso	10	3.437	(1.317)	2.120	2.230
Equipamentos de comunicação	10	143	(50)	93	75
Computadores e periféricos	20	3.989	(2.195)	1.794	1.785
Equipamentos de segurança	10	304	(152)	152	178
Veículos	20	960	(667)	293	337
Total de ativos		9.764	(4.796)	4.968	5.207

Descrição	Consolidado				
	2010			2009	
	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis de uso (1)	4	10.469	(5.958)	4.511	4.892
Instalações	10	950	(415)	535	619
Móveis e equipamentos de uso	10	3.445	(1.317)	2.128	2.236
Equipamentos de comunicação	10	144	(50)	94	75
Computadores e periféricos	20	4.012	(2.195)	1.817	1.807
Equipamentos de segurança	10	304	(152)	152	178
Veículos	20	1.559	(1.180)	379	583
Total de ativos		20.883	(11.267)	9.616	10.390

(1) Os imóveis de uso, pertencentes à controlada direta, são registrados por seu valor de custo de aquisição acrescido de valor referente à reavaliação a valor de mercado, cuja realização se dará em razão do prazo remanescente de vida útil do bem, conforme determinado pela Resolução BACEN nº 3.565/08.

15. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são negociadas a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Banco						Total
	2010						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Depósito à vista	203.361	-	-	-	-	-	203.361
Depósito interfinanceiro	-	27.076	157.010	13.833	925	-	198.844
Depósito a prazo	-	686.665	725.010	838.008	570.640	38.326	2.858.649
Depósito em moeda estrangeira	2.256	-	-	-	-	-	2.256
Total de depósitos	205.617	713.741	882.020	851.841	571.565	38.326	3.263.110
Captação no mercado aberto	-	1.147.327	-	-	-	-	1.147.327
Total de captação no mercado aberto	-	1.147.327	-	-	-	-	1.147.327
Total de depósitos e de captação no mercado aberto	205.617	1.861.068	882.020	851.841	571.565	38.326	4.410.437

	Banco						Total
	2009						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Depósito à vista	125.075	-	-	-	-	-	125.075
Depósito interfinanceiro	-	44.439	86.847	3.343	-	-	134.629
Depósito a prazo	-	425.068	562.059	598.291	504.567	39.201	2.129.186
Depósito em moeda estrangeira	338	-	-	-	-	-	338
Outros depósitos	1.617	-	-	-	-	-	1.617
Total de depósitos	127.030	469.507	648.906	601.634	504.567	39.201	2.390.845
Captação no mercado aberto	-	1.191.596	-	-	-	-	1.191.596
Total de captação no mercado aberto	-	1.191.596	-	-	-	-	1.191.596
Total de depósitos e de captação no mercado aberto	127.030	1.661.103	648.906	601.634	504.567	39.201	3.582.441
	Consolidado						
	2010						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósito à vista	201.968	-	-	-	-	-	201.968
Depósito interfinanceiro	-	27.076	157.010	13.833	925	-	198.844
Depósito a prazo	-	686.665	725.010	833.739	507.056	38.326	2.790.796
Depósito em moeda estrangeira	2.256	-	-	-	-	-	2.256
Total de depósitos	204.224	713.741	882.020	847.572	507.981	38.326	3.193.864
Captação no mercado aberto	-	1.134.528	-	-	-	-	1.134.528
Total de captação no mercado aberto	-	1.134.528	-	-	-	-	1.134.528
Total de depósitos e de captação no mercado aberto	204.224	1.848.269	882.020	847.572	507.981	38.326	4.328.392
	2009						
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósito à vista	122.728	-	-	-	-	-	122.728
Depósito interfinanceiro	-	44.439	86.847	3.343	-	-	134.629
Depósito a prazo	-	424.179	561.243	597.840	500.054	39.201	2.122.517
Depósito em moeda estrangeira	338	-	-	-	-	-	338
Outros depósitos	1.617	-	-	-	-	-	1.617
Total de depósitos	124.683	468.618	648.090	601.183	500.054	39.201	2.381.829
Captação no mercado aberto	-	1.189.987	-	-	-	-	1.189.987
Total de captação no mercado aberto	-	1.189.987	-	-	-	-	1.189.987
Total de depósitos e de captação no mercado aberto	124.683	1.658.605	648.090	601.183	500.054	39.201	3.571.816

16. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

16.1.) Letras financeiras (Banco e Consolidado):

O Banco passou a emitir Letras Financeiras, conforme estabelecido pela Resolução nº 3.836/10, do BACEN. Os vencimentos das Letras Financeiras emitidas até 31 de dezembro de 2010 estão assim distribuídos:

	2010	
	De 1 a 3 anos	Total
Letras financeiras	3.206	3.206

16.2.) Obrigações por títulos emitidos no exterior:

O Banco possui programa global de emissão de títulos privados no exterior (*Euro Medium Term Notes - EMTN*). Este programa, inicialmente firmado em 14 de dezembro de 2005, foi ampliado de US\$300 milhões para US\$1 bilhão em 16 de junho de 2008, e renovado em 16 de março de 2010, com montante total captado de US\$400 milhões e US\$225 milhões, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

O quadro a seguir apresenta as características destes programas e os respectivos saldos, em moeda local:

Valor emitido (US\$ mil)	Taxa de juros	Data de emissão	Data de vencimento	2010		
				Banco	Consolidado	
				(R\$ mil)		
100.000	7,250%	21/07/2008	21/07/2011	172.090	172.090	
300.000	6,500%	16/03/2010	15/03/2015	494.770	492.212	
400.000				666.860	664.302	
				<i>Total curto prazo</i>	182.829	182.782
				<i>Total longo prazo</i>	484.031	481.520
Valor emitido (US\$ mil)	Taxa de juros	Data de emissão	Data de vencimento	2009		
				Banco	Consolidado	
				(R\$ mil)		
125.000	6,875%	09/06/2008	09/06/2010	202.822	200.200	
100.000	7,250%	21/07/2008	21/07/2011	173.260	173.260	
225.000				376.082	373.460	
				<i>Total curto prazo</i>	208.645	206.023
				<i>Total longo prazo</i>	167.437	167.437

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

2010	Banco					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e repasses	173.327	307.170	490.633	57.062	-	1.028.192
Obrigações em moeda estrangeira (1)	153.007	306.069	44.810	-	-	503.886
Obrigações por empréstimos no exterior	20.320	1.101	445.823	57.062	-	524.306
Repasses do País - instituições oficiais	21.623	74.868	117.719	39.375	10.158	263.743
Repasse do BNDES	14.031	46.666	44.586	117	-	105.400
Repasse do FINAME	7.592	28.202	73.133	39.258	10.158	158.343
Total	194.950	382.038	608.352	96.437	10.158	1.291.935
2009						
Empréstimos e repasses	190.253	259.935	160.808	17.616	-	628.612
Obrigações em moeda estrangeira (1)	105.300	87.708	-	-	-	193.008
Obrigações por empréstimos no exterior	84.953	172.227	160.808	17.616	-	435.604
Repasse do País - instituições oficiais	2.646	18.806	67.874	7.413	4.806	101.545
Repasse do BNDES	1.759	13.988	55.327	-	-	71.074
Repasse do FINAME	887	4.818	12.547	7.413	4.806	30.471
Repasse do exterior	7.757	15.641	-	-	-	23.398
Total	200.656	294.382	228.682	25.029	4.806	753.555
2010	Consolidado					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e repasses	174.557	307.170	577.179	57.062	-	1.115.968
Empréstimos no país (2)	-	-	86.546	-	-	86.546
Obrigações em moeda estrangeira (1)	154.237	306.069	44.810	-	-	505.116
Obrigações por empréstimos no exterior	20.320	1.101	445.823	57.062	-	524.306
Repasse do País - instituições oficiais	21.623	74.868	117.719	39.375	10.158	263.743
Repasse do BNDES	14.031	46.666	44.586	117	-	105.400
Repasse do FINAME	7.592	28.202	73.133	39.258	10.158	158.343
Total	196.180	382.038	694.898	96.437	10.158	1.379.711
2009						
Empréstimos e repasses	190.253	259.935	160.808	17.616	122.013	750.625
Empréstimos no país (2)	-	-	-	-	122.013	122.013
Obrigações em moeda estrangeira (1)	105.300	87.708	-	-	-	193.008
Obrigações por empréstimos no exterior	84.953	172.227	160.808	17.616	-	435.604
Repasse do País - instituições oficiais	2.646	18.806	67.874	7.413	4.806	101.545
Repasse do BNDES	1.759	13.988	55.327	-	-	71.074
Repasse do FINAME	887	4.818	12.547	7.413	4.806	30.471
Repasse do exterior	7.757	15.641	-	-	-	23.398
Total	200.656	294.382	228.682	25.029	126.819	875.568

(1) O saldo de Obrigações em moeda estrangeira, refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.

(2) O saldo de Empréstimos no país, incluído nas demonstrações financeiras consolidadas, refere-se ao valor das cotas seniores, deduzido do valor mantido pelo Banco, representado pelas cotas subordinadas, no Daycoval Veículos FIDC em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

O Banco observa o cumprimento dos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento, denominados “*financial covenants*”, atrelados aos contratos de empréstimos com o “*International Finance Corporation - IFC*” e com o “*Inter-American Investment Corporation - IIC*” que, caso não sejam cumpridos, podem acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

18. OPERAÇÕES COM SEGUROS (CONSOLIDADO)

a) Direitos creditórios com operações de seguros:

Representado por valores a receber em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 no montante de R\$495 e de R\$459, respectivamente, oriundos do Consórcio DPVAT registrado na rubrica de Prêmios de seguros a receber, dentro do grupo de “Outros créditos”.

b) Composição das provisões técnicas:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Sinistros a liquidar	19.530	5.581
Previdência complementar	1	7
Outras provisões	-	110
Total	<u>19.531</u>	<u>5.698</u>

c) Recursos garantidores das provisões técnicas:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Letras financeiras do tesouro - LFT	108	6.135
Cotas de fundos de investimento	19.675	-
Total	<u>19.783</u>	<u>6.135</u>

d) Resultado das operações de seguros:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de prêmios e contribuições	24.014	33.267
Despesas com sinistros	(20.887)	(29.154)
Outras receitas e despesas operacionais	(233)	(904)
Total	<u>2.894</u>	<u>3.209</u>

19. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Carteira de câmbio (Banco e Consolidado):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Câmbio vendido a liquidar	4.183	25.959
(-) Importação financiada - câmbio contratado (Nota 8.a))	-	(22.559)
Obrigações por compras de câmbio	211.346	97.600
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8.a))	(210.379)	(92.298)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 8.a))	117	17
Total	<u>5.267</u>	<u>8.719</u>

b) Sociais e estatutárias:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Dividendos e bonificações a pagar (Nota 22.e))	21.548	17.988	21.548	17.988
Programa de participação nos resultados	15.800	7.558	16.007	7.722
Total	37.348	25.546	37.555	25.710

c) Fiscais e previdenciárias:

	Banco			
	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	66.843	-	68.486	-
Provisão para contribuição social sobre o lucro	41.242	-	25.121	-
(-) Antecipação de imposto de renda e de contribuição social (1)	-	-	(37.002)	-
Impostos e contribuições a recolher	10.091	-	7.825	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos - (Nota 20.c))	936	25.247	2.418	17.967
Obrigações legais - (Nota 21.b))	-	404.484	-	318.104
Total	119.112	429.731	66.848	336.071

	Consolidado			
	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	69.833	-	70.133	-
Provisão para contribuição social sobre o lucro	42.474	-	25.875	-
(-) Antecipação de imposto de renda e de contribuição social (1)	-	-	(38.469)	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de bens	706	-	772	-
Impostos e contribuições a recolher	10.593	-	7.913	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	936	25.247	2.418	17.975
Obrigações legais - (Nota 21.b))	-	404.484	-	318.104
Total	124.542	429.731	68.642	336.079

(1) As antecipações de imposto de renda e contribuição social realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, montam R\$44.925 (Banco) e R\$46.960 (Consolidado), e estão registradas na rubrica de "Outros créditos diversos – Impostos e contribuições a compensar" no ativo circulante, Nota 10.b).

d) Diversas:

	Banco				Consolidado			
	2010		2009		2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Cheques administrativos	614	-	141	-	614	-	141	-
Provisão para pagamentos a efetuar	11.897	-	8.368	-	15.212	-	14.717	-
Provisão para passivos contingentes (Nota 21.b)	-	9.722	-	4.655	-	9.722	-	4.655
Credores diversos (1)	37.825	-	53.767	-	37.829	-	48.077	-
Total	50.336	9.722	62.276	4.655	53.655	9.722	62.935	4.655

(1) A rubrica de credores diversos (Banco e Consolidado) está composta substancialmente pelos seguintes itens: (i) cobranças a liberar no montante de R\$16.820 (R\$23.369 em 2009); (ii) valores recebidos de operações cedidas no montante de R\$10.917 (R\$17.646 em 2009) e (iii) valores a pagar referentes à comissões sobre operações de crédito no montante de R\$3.105 (R\$6.705 em 2009).

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social:

	Banco		Consolidado (1)	
	2010	2009	2010	2009
Resultado deduzido dos juros sobre o capital próprio e das participações no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social	286.319	172.431	288.357	174.079
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(114.528)	(68.972)	(119.419)	(69.667)
Adições:				
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	(38.102)	(32.239)	(38.102)	(32.239)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(58.900)	(96.313)	(58.900)	(96.313)
Despesas não-dedutíveis	(13.272)	(7.970)	(13.338)	(8.394)
Outras	(15.926)	(13.237)	(16.864)	(15.037)
Exclusões:				
Ajustes de instrumentos financeiros derivativos	37.573	29.142	37.553	29.142
Perdas em operações de crédito	84.303	72.111	84.303	72.111
Receitas não-tributáveis	3.833	5.405	3.833	5.405
Outras	6.601	1.718	8.295	2.237
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.488	54.446	2.488	54.446
Total de despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(105.930)	(55.909)	(110.151)	(58.309)

(1) Para o Consolidado, o resultado deduzido dos juros sobre o capital próprio e das participações no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, não considera as eliminações de resultado entre as empresas do conglomerado, assim como, as alíquotas de imposto de renda e de contribuição social aplicadas sobre o resultado variam de acordo com o ramo de atividade de cada empresa incluída nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo):

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.059/02, alterada pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN e pela Instrução CVM nº 371/02, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos (“créditos tributários” e “obrigações fiscais diferidas”) decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

c) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidos:

	Banco			
	2010			
Créditos tributários:	2009	Constituição	Realização	2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para contingências fiscais	57.875	20.714	-	78.589
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.164	59.599	(86.688)	39.075
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.955	13.657	(10.797)	6.815
Outras adições temporárias	33.656	12.151	(7)	45.800
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	161.650	106.121	(97.492)	170.279
Obrigações fiscais diferidas:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5.298	31.753	(29.052)	7.999
Resultados com instrumentos financeiros derivativos não realizados	2.028	3.893	(4.627)	1.294
Outras	13.059	3.833	(2)	16.890
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	20.385	39.479	(33.681)	26.183
Créditos tributários:	2008	Constituição	Realização	2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para contingências fiscais	44.937	21.267	(8.329)	57.875
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	41.821	108.335	(83.992)	66.164
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	33.129	17.504	(46.678)	3.955
Outras adições temporárias	14.309	19.731	(384)	33.656
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	134.196	166.837	(139.383)	161.650

Obrigações fiscais diferidas:	Banco			
	2008	Constituição	Realização	2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	26.409	24.266	(45.377)	5.298
Resultados com instrumentos financeiros derivativos não realizados	11.340	6.289	(15.601)	2.028
Outras	7.779	5.280	-	13.059
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	45.528	35.835	(60.978)	20.385

No Consolidado, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o saldo de créditos tributários monta R\$170.279 e R\$161.665, respectivamente, e o saldo das obrigações fiscais diferidas monta R\$26.183 e R\$20.393, respectivamente.

d) Previsão de realização dos créditos tributários:

<u>Prazo para realização em:</u>	2010		
	Diferenças temporárias		Total de impostos diferidos
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	24.504	14.702	39.206
Até 2 anos	353	212	565
Até 3 anos	238	143	381
Até 4 anos	876	526	1.402
Até 5 anos	98.161	30.564	128.725
Total	124.132	46.147	170.279

<u>Prazo para realização em:</u>	2009		
	Diferenças temporárias		Total de impostos diferidos
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	41.878	25.127	67.005
Até 2 anos	1.196	717	1.913
Até 3 anos	362	218	580
Até 4 anos	248	148	396
Até 5 anos	72.701	19.055	91.756
Total	116.385	45.265	161.650

O valor presente do total de créditos tributários constituído, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, é de R\$127.678 e de R\$ 127.598, respectivamente, e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável, incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

21. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- a) Ativos contingentes - nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 o Banco não reconheceu ativos contingentes.
- b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.s). A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Provisões constituídas e as respectivas movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 (Banco e Consolidado):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações legais - Riscos fiscais (Nota 19.c) e 21.b.1))	404.484	318.104
Processos trabalhistas (Nota 19.d))	1.324	908
Processos cíveis (Nota 19.d))	<u>8.398</u>	<u>3.747</u>
Total	<u>414.206</u>	<u>322.759</u>

	<u>Fiscais</u>		<u>Trabalhista</u>		<u>Cíveis</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo no início do exercício	318.104	225.727	908	162	3.747	3.807
Atualização monetária (Nota 23.c))	25.124	13.632	-	-	-	-
Constituição	<u>61.256</u>	<u>78.745</u>	<u>416</u>	<u>746</u>	<u>4.651</u>	<u>(60)</u>
Saldo ao final do exercício	<u>404.484</u>	<u>318.104</u>	<u>1.324</u>	<u>908</u>	<u>8.398</u>	<u>3.747</u>

- b.1.) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns tributos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados.

Os principais questionamentos são:

IRPJ: visa deduzir os valores apurados de CSLL da base de cálculo do IRPJ e questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço.

CSLL: (i) questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço, contesta a exigência de alíquota diferenciada e visa o reconhecimento dos juros sobre o capital próprio como despesa dedutível no exercício de 1996; e (ii) questiona a majoração da alíquota de 9% para 15%, determinada pela Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008.

COFINS: questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98.

PIS: questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:

Não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. As ações cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de indenizações por danos morais e materiais que, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, montam o risco aproximado de R\$22.881 e de R\$17.162, respectivamente. As ações trabalhistas, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, montam risco aproximado de R\$784 e de R\$2.205, respectivamente.

d) Lei nº 11.941/09 - Adesão ao programa de parcelamento e quitação de débitos fiscais:

Com base nos termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, objeto da Lei nº 11.941/09, a Administração do Banco, amparada por seus consultores jurídicos, julgou conveniente aderir ao referido programa. Assim, foram protocoladas em 30 de novembro de 2009 as desistências dos processos que questionavam o diferencial de alíquota de contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1997 e de 1998, com consequente pedido de conversão parcial dos respectivos depósitos judiciais em renda para a União, bem como, na mesma data, formalizados os pedidos de adesão aos parcelamentos previstos na mencionada Lei que, até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, encontra-se em processo de consolidação pela Receita Federal.

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do Consolidado.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Capital social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, do Banco é composto por ações ordinárias e preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Composição do capital social em ações:

	Quantidade de ações	
	2010	2009
Ações ordinárias	142.418.179	142.418.179
Ações preferenciais	73.906.333	73.906.333
(-) Ações preferenciais em tesouraria (Nota 22.d.2))	(846.059)	(1.557.300)
Total de ações	215.478.453	214.767.212

c) Movimentação do capital social em ações:

	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Preferenciais (1)	Total
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2008	142.418.179	77.599.933	220.018.112
Recompra de ações durante o exercício (Nota 22.d.2))	-	(5.250.900)	(5.250.900)
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2009	142.418.179	72.349.033	214.767.212
Recompra de ações durante o exercício (Nota 22.d.2))	-	(92)	(92)
Alienação de ações em tesouraria durante o exercício (Nota 22.d.2))	-	711.333	711.333
Quantidade de ações em 31 de dezembro de 2010	142.418.179	73.060.274	215.478.453

(1) Quantidade líquida de ações em tesouraria.

d) Plano de recompra de ações:

Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 7 de outubro de 2009, foi deliberado e aprovado um novo Plano de Recompra de Ações de emissão própria, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social e com a utilização de reservas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, com a Instrução CVM nº 10/80 e Estatuto Social do Banco.

Durante 2010, as recompras de ações de emissão própria realizadas pelo Banco, alcançaram o percentual máximo de 2,8% das ações preferenciais em circulação, cujas características estão descritas a seguir.

d.1) Objetivo, prazo e intermediadores do Plano de Recompra de Ações de emissão própria:

- I - Objetivo: as ações foram adquiridas, para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou cancelamento, até 2,8% das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 1.557.392 (um milhão, quinhentas e cinquenta e sete mil e trezentas e noventa e duas) ações preferenciais.
- II - Prazo: o plano de recompra de ações vigoraria até 6 de outubro de 2010.
- III - Intermediadores: a operação de aquisição dessas ações foi realizada na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preço de mercado e intermediada por: (i) Ágora CVTM S.A., inscrita no CNPJ sob nº 74.014.747/0002-16, com sede na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 758, 1º andar, São Paulo, Capital; (ii) Fator S.A. Corretora de Valores, inscrita no CNPJ sob nº 63.062.749/0001-83, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1017, 11º andar, São Paulo, Capital; e (iii) Itaú Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64, com sede na Avenida Doutor Hugo Beolchi, 900, 15º andar, São Paulo, Capital.

d.2) Ações em tesouraria:

O quadro a seguir apresenta informações referentes às ações de emissão própria em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

Espécie	Quantidade de ações em tesouraria	Preços de negociação das recompras			Cotação de fechamento de mercado (1)	Valor de mercado
		mínimo	médio	máximo		
2010						
Preferenciais	846.059	8,87	9,35	10,14	12,95	10.956
2009						
Preferenciais	1.557.300	8,87	9,31	9,57	9,78	15.230

(1) Cotação de fechamento de pregão divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, referente às ações preferenciais do Banco, sob o código DAYC4, tendo como base o último pregão de dezembro de 2010 e de 2009.

O quadro a seguir apresenta a movimentação das ações em tesouraria durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	1.557.300	2.615.400
Aquisição de ações de emissão própria	92	5.250.900
Alienação ou cancelamento de ações de emissão própria (Nota 25.2.V) (1) (2)	(711.333)	(6.309.000)
Saldo ao final do exercício	846.059	1.557.300

(1) Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a alienação de ações mantidas em tesouraria para atender aos exercícios de opção de compra de ações no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações.

(2) Em 2 de outubro de 2009, o BACEN homologou o ato societário do Banco, representado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2009, que deliberou e aprovou o cancelamento de 6.309.000 (seis milhões trezentas e nove mil) ações preferenciais nominativas que se encontravam em tesouraria, sem redução do valor do capital social. As referidas ações foram adquiridas pelo Banco de acordo com o Programa de Recompra de Ações, aprovado em Reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 4 de abril de 2008 e em 3 de abril de 2009, sendo esta última para a renovação do programa.

Desta forma, o capital social que é de R\$1.359.143 e era dividido em 222.633.512 ações, sendo 142.418.179 ações ordinárias e 80.215.333 ações preferenciais, passou a ser dividido em 216.324.512 ações, sendo 142.418.179 ações ordinárias e 73.906.333 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

e) Juros sobre o capital próprio e/ou dividendos:

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

O cálculo dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, estão demonstrados a seguir:

	<u>2010</u>	<u>% (1)</u>	<u>2009</u>	<u>% (1)</u>
Lucro líquido do exercício (Controlador)	276.917		211.088	
(-) Reserva legal	<u>(13.843)</u>		<u>(10.555)</u>	
Base de cálculo ajustada	<u>263.074</u>		<u>200.533</u>	
Valor bruto dos juros sobre o capital próprio	96.528		94.566	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	<u>(13.469)</u>		<u>(13.629)</u>	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio no exercício	<u>83.059</u>	31,57%	<u>80.937</u>	40,36%

(1) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Foram pagos ou provisionados dividendos e juros sobre o capital próprio conforme demonstrado a seguir:

Descrição	<u>2010</u>				
	<u>Valor bruto por ação</u>		<u>Valor pago ou provisionado bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>Valor pago ou provisionado líquido</u>
	<u>ON</u>	<u>PN</u>			
Juros sobre o capital próprio (1)	0,11422	0,11422	24.530	(3.457)	21.073
Dividendos intermediários (2)	0,45037	0,45037	96.725	-	96.725
Juros sobre o capital próprio (3)	0,10725	0,10725	23.066	(3.222)	19.844
Juros sobre o capital próprio (4)	0,11096	0,11096	23.909	(3.315)	20.594
Juros sobre o capital próprio (5)	0,11612	0,11612	25.023	(3.475)	21.548
Total pago ou provisionado no exercício			<u>193.253</u>	<u>(13.469)</u>	<u>179.784</u>
Descrição	<u>2009</u>				
	<u>Valor bruto por ação</u>		<u>Valor pago ou provisionado bruto</u>	<u>IRRF</u>	<u>Valor pago ou provisionado líquido</u>
	<u>ON</u>	<u>PN</u>			
Juros sobre o capital próprio (6)	0,11063	0,11063	24.265	(3.501)	20.764
Juros sobre o capital próprio (7)	0,11008	0,11008	23.850	(3.445)	20.405
Juros sobre o capital próprio (8)	0,11765	0,11765	25.451	(3.671)	21.780
Juros sobre o capital próprio (9)	0,09778	0,09778	21.000	(3.012)	17.988
Total pago ou provisionado no exercício			<u>94.566</u>	<u>(13.629)</u>	<u>80.937</u>

- (1) Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 30 de março de 2010, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre o pagamento a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, referente ao período de 1º de janeiro a 30 de março de 2010. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 15 de abril de 2010.
- (2) Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 5 de maio de 2010, foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários à rubrica de “Reserva de lucros – estatutária”, relativa ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 20 de maio de 2010.
- (3) Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 29 de junho de 2010, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre o pagamento a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, referente ao período de 31 de março a 29 de junho de 2010. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 15 de julho de 2010.

- (4) *Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 29 de setembro de 2010, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre o pagamento a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, referente ao período de 30 de junho a 29 de setembro de 2010. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 15 de outubro de 2010.*
- (5) *Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 29 de dezembro de 2010, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre o pagamento complementar a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, referente ao exercício de 2010. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 17 de janeiro de 2011.*
- (6) *Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 30 de março de 2009, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre o pagamento a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, referente ao período de 1º de janeiro a 30 de março de 2009. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 15 de abril de 2009.*
- (7) *Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 26 de junho de 2009, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre o pagamento a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, referente ao período de 31 de março a 26 de junho de 2009. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 15 de julho de 2009.*
- (8) *Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 30 de setembro de 2009, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre o pagamento a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, referente ao período de 27 de junho a 30 de setembro de 2009. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 8 de outubro de 2009.*
- (9) *Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 22 de dezembro de 2009, foi ratificada a aprovação da Diretoria sobre pagamento complementar a título de Juros sobre o Capital Próprio, “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas. Os valores foram disponibilizados aos acionistas em 15 de janeiro de 2010.*

f) Reservas de reavaliação e de lucros:

	Banco	
	2010	2009
Reservas de reavaliação (1)	1.441	1.569
Reservas de lucros	427.002	345.887
Reserva legal (2)	44.706	30.863
Reserva de lucros a realizar (3)	12.409	12.409
Reservas estatutárias (4)	369.887	302.615
Ações em tesouraria (Nota 22.d.2))	(7.900)	(14.533)
	Consolidado	
	2010	2009
Reservas de reavaliação (1)	1.441	1.569
Reservas de lucros	424.780	345.887
Reserva legal (2)	44.706	30.863
Reserva de lucros a realizar (3)	14.631	12.409
Reservas estatutárias (4)	365.443	302.615
Ações em tesouraria (Nota 22.d.2))	(7.900)	(14.533)

- (1) *Refere-se à reavaliação de bens imóveis de empresa controlada, sendo reconhecida no resultado em função do decorrer do prazo de vida útil do bem reavaliado.*
- (2) *Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.*
- (3) *Reserva constituída referente ao lucro líquido da empresa Treetop Investments Ltd., controlada indiretamente.*
- (4) *Reserva constituída conforme disposição estatutária.*

23. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

a) Outras despesas administrativas:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Despesas de água, energia e gás	906	786	920	786
Despesas de aluguéis e seguros	9.074	7.500	9.392	7.543
Despesas de arrendamento de bens	400	-	400	-
Despesas de comunicações	3.034	2.753	3.213	2.754
Despesas de contribuições	3.204	1.143	3.204	1.143
Despesas de manutenção e conservação de bens	915	549	933	554
Despesas com materiais	993	632	1.016	639
Despesas de processamento de dados	4.755	4.180	4.786	4.187
Despesas de promoções, propaganda e publicações	4.663	2.771	4.955	2.894
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	70.037	70.853	71.210	71.101
Despesas de depreciação e amortização	1.386	1.472	1.902	1.980
Outras despesas administrativas	10.644	13.463	12.667	15.856
Total	110.011	106.102	114.598	109.437

b) Outras receitas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Varição cambial sobre operações passivas	116.594	346.768	117.422	346.818
Atualização de depósitos judiciais	9.583	7.713	9.583	7.713
Outras receitas operacionais	23.390	8.717	23.935	9.288
Recuperação de encargos e despesas	10	47	10	47
Total	149.577	363.245	150.950	363.866

c) Outras despesas operacionais:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Atualização monetária de tributos (Nota 21.b))	25.124	13.632	25.124	13.632
Varição cambial	14.113	21.195	15.508	27.579
Outras despesas operacionais	22.687	12.818	24.512	13.082
Total	61.924	47.645	65.144	54.293

24. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DE BASILÉIA

O Banco Central do Brasil divulgou os Comunicados nº 12.746/04 e nº 16.137/07, que tratam das diretrizes e cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia II). Estes Comunicados têm como orientação as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia, contidas no documento “*Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: Uma Estrutura Revisada*” (Basiléia II), que estabelece critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

No quadro a seguir, estão demonstrados a apuração das exigibilidades de patrimônio líquido e o índice de Basileia:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Patrimônio líquido ajustado	1.780.042	1.692.718
Redução das reservas de reavaliação	(1.441)	(1.569)
Redução dos ajustes patrimoniais de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda	(356)	(460)
Patrimônio de referência de Nível I	1.778.245	1.690.689
Adição das reservas de reavaliação	1.441	1.569
Adição dos ajustes patrimoniais de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda	356	460
Patrimônio de referência de Nível II	1.797	2.029
Patrimônio de referência PR	1.780.042	1.692.718
Alocação de capital por nível de risco		
Risco de crédito (Pepr)	715.122	434.758
Risco de mercado	164.789	143.140
Parcela de câmbio (Pcam)	139.069	120.543
Parcela de juros pré (Pjur 1)	12.605	11.956
Parcela de cupom cambial (Pjur 2)	10.719	4.722
Parcela de inflação (Pjur 3)	282	2.941
Parcela de ações	2.114	2.978
Risco operacional (Popr)	106.174	72.364
Patrimônio de referência exigido (PRE)	986.085	650.262
Índice de Basileia	19,86%	28,63%
Parcela de taxa de juros no <i>Banking Book</i> (Pbanking)	16.144	12.548

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o patrimônio líquido do Banco excedeu em 80,51% e em 160,31%, respectivamente, o Patrimônio de Referência Exigido pelo BACEN.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1.) Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBA's e Pós Graduação e participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

25.2.) Remuneração por ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2008, foi aprovado o Plano de Outorga de Compra de Ações (“Plano”) de emissão do Banco, destinado aos seus administradores e empregados e pessoas que prestem serviços ao Banco e às sociedades sob seu controle, cujos programas foram aprovados pelo Conselho de Administração em 25 de julho de 2008 (1º e 2º Programas), em 12 de dezembro de 2008 (3º Programa) e em 11 de setembro de 2009 (4º Programa).

I. Objetivos do Plano

O Plano tem como principais objetivos: (i) estimular a expansão do Banco, mediante a criação de incentivos que visem uma maior integração de seus empregados, na qualidade de acionistas do Banco; (ii) possibilitar ao Banco a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas do Banco, nos termos, condições e formas previstas no Plano; e (iii) promover o bom desempenho do Banco e dos interesses de seus acionistas mediante comprometimento de longo prazo por parte de seus executivos, administradores e empregados.

II. Administração e ações objeto do Plano

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, e todas as decisões relativas ao Plano são por ele aprovadas.

As opções outorgadas no âmbito do Plano não podem ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social subscrito e integralizado do Banco, a qualquer tempo e as ações objeto das Opções serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações preferenciais, dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

III. Beneficiários

São elegíveis a participar deste Plano os executivos, os administradores e empregados do Banco e os de suas sociedades controladas direta ou indiretamente, assim como as pessoas naturais que prestem serviços ao Banco ou às sociedades sob seu controle.

Os beneficiários não terão qualquer direito na qualidade de acionistas do Banco (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pela Opção, até que essas ações tenham sido totalmente subscritas/adquiridas e integralizadas/pagas pelos beneficiários.

IV. Preço e prazo de carência para o exercício das opções

1º Programa

O preço por ação para o exercício da Opção (“Preço de Exercício”) será equivalente à média ponderada dos 30 (trinta) últimos pregões que imediatamente antecederem a comunicação do exercício de compra de ações, com desconto de 30% (trinta por cento).

O prazo de carência para o exercício do direito à compra de ações, referente ao 1º Programa, é determinado da seguinte forma:

<u>Prazo de carência</u> <i>(vesting period)</i>	<u>Percentual</u> <u>da opção</u> <u>para o exercício</u>
Ao final do 2º ano	50%
Ao final do 3º ano	25%
Ao final do 4º ano	25%

2º Programa

O preço por ação para o exercício da Opção (“Preço de Exercício”) será de R\$15,00, corrigido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, divulgado pelo IBGE (“IPC-A”), ou o que vier a substituí-lo, da data de aprovação do Programa até a data do efetivo exercício da Opção de Compra de Ações.

O prazo de carência para o exercício do direito à compra de ações, referente ao 2º Programa, é determinado da seguinte forma:

<u>Prazo de carência</u> <i>(vesting period)</i>	<u>Percentual</u> <u>da opção</u> <u>para o exercício</u>
Ao final do 1º ano	25%
Ao final do 2º ano	25%
Ao final do 3º ano	25%
Ao final do 4º ano	25%

3º Programa

O preço por ação para o exercício da Opção (“Preço de Exercício”) será definido na data de outorga das opções de compra de ações, corrigido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor - Amplo, divulgado pelo IBGE (“IPC-A”), ou o que vier a substituí-lo, da data de adesão dos beneficiários ao Programa até a data do efetivo exercício da Opção de Compra de Ações.

O prazo de carência para o exercício do direito à compra de ações, referente ao 3º Programa, é de 180 dias contados da data de adesão ao Programa.

O Preço de Exercício será ajustado, corrigindo-se o seu valor para levar em conta os dividendos e juros sobre o capital próprio eventualmente distribuídos.

4º Programa

O preço por ação para o exercício da Opção (“Preço de Exercício”) será equivalente à média ponderada dos 30 (trinta) últimos pregões que imediatamente antecederem a data da comunicação do exercício de compra, com desconto de 30% (trinta por cento).

O prazo de carência para o exercício do direito à compra de ações, referente ao 4º Programa, é determinado da seguinte forma:

Prazo de carência (<i>vesting period</i>)	Percentual da opção para o exercício
Ao final do 3º ano	50%
Ao final do 4º ano	25%
Ao final do 5º ano	25%

V. Opções outorgadas

Outorga	Carência	Prazo final para exercício	Opções			Opções disponíveis para exercício	
			Outorgadas	Exercidas	Canceladas		
Número	Data	até					
1º Programa							
1ª Outorga	25/07/2008	25/07/2010	25/07/2018	864.290	(408.333)	-	455.957
2ª Outorga	12/12/2008	12/12/2010	12/12/2018	42.857	-	-	42.857
3ª Outorga	05/11/2009	05/11/2011	05/11/2019	125.001	-	(41.667)	83.334
4ª Outorga	30/08/2010	30/08/2012	30/08/2020	175.439	-	-	175.439
5ª Outorga	29/09/2010	29/09/2012	29/09/2020	30.305	-	-	30.305
6ª Outorga	30/11/2010	30/11/2012	30/11/2020	141.667	-	-	141.667
Total				1.379.559	(408.333)	(41.667)	929.559
3º Programa							
1ª Outorga	12/12/2008	12/06/2009	12/12/2018	303.000	(303.000)	-	-
Total				303.000	(303.000)	-	-
4º Programa							
1ª Outorga	26/04/2010	26/04/2013	26/04/2020	146.045	-	-	146.045
2ª Outorga	01/07/2010	01/07/2013	01/07/2020	33.333	-	-	33.333
Total				179.378	-	-	179.378
Total de opções de compra de ações				1.861.937	(711.333)	(41.667)	1.108.937

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, não ocorreram outorgas para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações.

VI. Opções de compra de ações exercidas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram exercidas opções de compra de ações do Banco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<u>Programa</u>	<u>Outorga</u>	<u>Data do exercício</u>	<u>Preço de exercício</u>	<u>Valor de Mercado (1)</u>
3º Programa	1ª Outorga	01/06/2010	4,36	9,21
1º Programa	1ª Outorga	16/08/2010	5,89	9,55
1º Programa	1ª Outorga	25/08/2010	5,89	9,55

(1) Valor de mercado da ação DAYC4, com base na cotação de fechamento do pregão da data de exercício da opção de compra de ações do Banco.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não foram exercidas opções de compra de ações no âmbito do Plano de Outorga de Compra de Ações.

VII. Efeitos decorrentes do exercício de opções de compra de ações

	<u>2010</u>
Valores recebidos do beneficiário da opção outorgada	3.957
(-) Custo das ações mantidas em tesouraria	(6.870)
Resultado apurado na alienação das ações em tesouraria (1)	(2.913)

(1) O resultado apurado na alienação das ações em tesouraria, por conta do exercício das opções de compra de ações pelo(s) beneficiário(s), foi reconhecido diretamente no rubrica de "Reserva de lucros", no patrimônio líquido.

VIII. Cálculo do valor justo (fair value)

Na determinação do *fair value* da opção de compra de ações, foram utilizadas modelagens estatísticas que levam em consideração todas as características principais dos Programas, que incluem período aquisitivo (*vesting period*), condições para o exercício da opção e preço do ativo objeto.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os efeitos contábeis, caso tivessem sido reconhecidos, impactariam negativamente o resultado em R\$1.046 e R\$1.760, respectivamente.

26. GARANTIAS E FIANÇAS PRESTADAS E RESPONSABILIDADES COM TERCEIROS (BANCO E CONSOLIDADO)

As garantias e fianças bancárias prestadas e responsabilidades assumidas com terceiros, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 montam o valor de R\$440.762 e de R\$218.189, respectivamente, cuja composição está detalhada no quadro a seguir:

<u>Composição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Créditos abertos para importação	6.284	10.350
Beneficiários de garantias prestadas	243.100	77.872
Coobrigações em cessões de crédito	191.378	129.967
Total de garantias e fianças prestadas e responsabilidades com terceiros	440.762	218.189

As garantias e fianças bancárias prestadas e responsabilidades assumidas com terceiros estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários.

O quadro a seguir, apresenta as garantias e fianças bancárias prestadas e responsabilidades assumidas com terceiros, registradas em contas de compensação, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
2010	83.884	158.896	166.488	30.548	946	440.762
2009	45.609	77.453	56.685	35.530	2.912	218.189

O Banco não garante qualquer operação de empresas controladas, direta e indiretamente, de seus administradores ou de seus familiares.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às taxas praticadas pelo mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

O quadro a seguir apresenta as transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

<u>Transações</u>	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receita (despesa)</u>	<u>Ativo (passivo)</u>	<u>Receita (despesa)</u>
Depósitos à vista	(2.024)	-	(2.608)	-
Controlador	(1)	-	(3)	-
Daycoval Holding Financeira S.A.	(1)	-	(3)	-
Controladas diretas	(56)	-	(68)	-
ACS Participações Ltda.	(11)	-	(21)	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(21)	-	(37)	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(24)	-	(10)	-

Transações	2010		2009	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Controladas indiretas	(1.337)	-	(2.278)	-
IFP Promotora de Serviços de Intermediação Financeira Ltda.	(408)	-	-	-
SCC Assessoria em Cad. e Cobrança Ltda.	(6)	-	-	-
Treetop Investments Ltd.	(923)	-	(2.278)	-
Outras empresas coligadas	(4)	-	(5)	-
Daycoval Cobr. A. Serv. Ltda.	(1)	-	(2)	-
Daycoval Fomento Comercial Ltda.	(1)	-	(1)	-
Paratef Agropecuária e Imob. Ltda.	(1)	-	(1)	-
Valco Adm. Part. E Representações Ltda.	(1)	-	(1)	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(626)	-	(254)	-
Depósitos a prazo	(269.459)	(26.944)	(171.274)	(15.262)
Controlador	(165)	(16)	(185)	(5)
Daycoval Holding Financeira S.A.	(165)	(16)	(185)	(5)
Controladas diretas	(53.492)	(3.599)	(5.780)	(564)
ACS Participações Ltda.	(52.661)	(3.519)	(4.964)	(488)
Daycoval Asset Management Ltda.	(831)	(80)	(816)	(76)
Controladas indiretas	(14.361)	(530)	(888)	(18)
IFP Promotora de Serviços de Intermediação Financeira Ltda.	(4.154)	(303)	-	-
SCC Assessoria em Cad. e Cobrança Ltda.	(10.207)	(227)	-	-
Treetop Investments Ltd.	-	-	(888)	(18)
Outras empresas coligadas	(448)	(43)	(425)	(43)
Daycoval Fomento Comercial Ltda.	(409)	(39)	(375)	(37)
Paratef Agropecuária e Imob. Ltda.	(39)	(4)	(50)	(6)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(200.993)	(22.756)	(163.996)	(14.632)
Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior	(2.558)	(82)	(2.622)	(213)
Controladas diretas	(2.181)	(32)	-	(12)
ACS Participações Ltda.	(2.181)	(32)	-	(12)
Controladas indiretas	(377)	(50)	(2.622)	(201)
Treetop Investments Ltd.	(377)	(50)	(2.622)	(201)
Cotas de fundos de investimento (nota 6.b))	291.973	36.829	277.131	24.068
Outras partes relacionadas - pessoa jurídica	291.973	36.829	277.131	24.068
Daycoval Classic	203.321	23.419	221.889	11.566
Daycoval Veículos FIDC	67.951	12.709	55.242	3.207
Daycoval Itaplan	20.701	701	-	-
Daycoval FIDC	-	-	-	9.295

O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2010.

Descrição	Taxa de remuneração	Ativo (Passivo)						Total
		Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Depósitos a prazo		-	272	347	10.232	258.089	519	269.459
Controlador		-	-	-	-	165	-	165
Daycoval Holding Financeira S.A.	107% CDI a 110% CDI	-	-	-	-	165	-	165
Controladas diretas		-	-	-	4.269	49.223	-	53.492
ACS Participações Ltda.	100% CDI a 110% CDI	-	-	-	4.269	48.392	-	52.661
Daycoval Asset Management Ltda.	107% CDI	-	-	-	-	831	-	831
Controladas indiretas		-	-	-	-	14.361	-	14.361
IFP Promotora de Serviços de Intermediação Financeira Ltda.	110% CDI	-	-	-	-	4.154	-	4.154
SCC Assessoria em Cad. e Cobrança Ltda.	110% CDI	-	-	-	-	10.207	-	10.207
Outras empresas coligadas		-	-	-	-	448	-	448
Daycoval Fomento Comercial Ltda.	107% CDI	-	-	-	-	409	-	409
Paratef Agropecuária e Imob. Ltda.	107% CDI	-	-	-	-	39	-	39
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	103% CDI a 112% CDI	-	272	347	5.963	193.892	519	200.993
Obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior		-	47	-	-	2.511	-	2.558
Controladas diretas		-	40	-	-	2.141	-	2.181
ACS Participações Ltda.	6,5%	-	40	-	-	2.141	-	2.181
Controladas indiretas		-	7	-	-	370	-	377
Treetop Investments Ltd.	6,5%	-	7	-	-	370	-	377
Cotas de fundos de investimento (Nota 6.b))								
Outras partes relacionadas - pessoa jurídica		291.973	-	-	-	-	-	291.973
Daycoval Classic	CDI	203.321	-	-	-	-	-	203.321
Daycoval Veículos FIDC	113% CDI	67.951	-	-	-	-	-	67.951
Daycoval Itaplan	CDI	20.701	-	-	-	-	-	20.701

Nos termos da legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Desta forma, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos, nem garante qualquer operação de empresas controladas, direta e indiretamente, de seus administradores ou seus familiares.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi fixado, na Assembléia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2010, o montante global de remuneração de até R\$15 milhões.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remuneração fixa	9.975	2.244
Remuneração variável	5.000 (*)	1.828
Total de remuneração fixa e variável	14.975	4.072
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	167	137
Benefícios de longo prazo a Administradores	Quantidade	Quantidade
Saldo existente de opções de compra de ações outorgadas (<i>stock options</i>) - Nota 25.2	57.143	47.620

(*) Valor provisionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no capital do Banco em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	Percentual de participação em relação à classe de ações	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ações ordinárias (ON) - por meio de participação indireta (Daycoval Holding Financeira S.A.)	100,00%	93,42%
Ações preferenciais (PN)	24,49%	24,59%

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Administração de recursos de terceiros:

A Daycoval Asset Management é responsável pela administração de recursos de terceiros através de fundos de investimentos, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, totalizavam R\$1.060.960 e R\$621.869, respectivamente.

b) Cobertura contra sinistros:

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Relacionamento com os Auditores:

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras, além dos serviços de auditoria externa, iniciou no segundo semestre de 2009 a prestação de serviços de diagnóstico para identificação das principais diferenças entre as práticas contábeis brasileiras, vigentes na data destas demonstrações financeiras, e as práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, iniciou consultoria para o desenvolvimento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN). A política de contratação de serviços técnicos e profissionais de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

d) Comitê de Auditoria:

Em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, e visando à adoção das Melhores Práticas de Mercado na condução de seus negócios, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2009, foi deliberada e aprovada a constituição do Comitê de Auditoria, composto por 3 membros, nos termos da legislação em vigor. A constituição deste comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009.

e) Acordo de Investimento e emissão de bônus de subscrição de ações:

O Banco firmou Acordo de Investimento (“acordo” ou “operação”) com investidores institucionais captando aproximadamente R\$410 milhões em 2009. Os participantes do acordo são: Cartesian Capital Group, Wolfensohn Capital Partners, International Finance Corporation (IFC) e os acionistas controladores. Os acionistas minoritários também puderam participar usufruindo das mesmas condições que os demais participantes.

Para o Banco, entre os principais objetivos do acordo destacaram-se os seguintes:

- Aumentar a liquidez e reforçar a estrutura de capital;
- Fortalecer a base de captação para possibilitar a expansão da carteira de crédito no segmento de “*middle market*”; e
- Diversificar as fontes de captação e estender o prazo médio.

A operação possui uma estrutura pioneira, pois consiste numa oferta privada de bônus de subscrição de ações ordinárias e de ações preferenciais. Apenas a forma que previa que o subscritor do bônus optasse pela subscrição das ações em momento posterior foi exercida.

Nesta opção, os subscritores efetuaram aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de emissão do Banco, com as seguintes características:

- Rendimento médio de 99% da Taxa DI-CETIP Over, sendo de 110% da Taxa DI-CETIP Over, no período compreendido entre a data da efetiva aplicação dos recursos e 31 de março de 2013 e, a partir de 31 de março de 2013 até 31 de março de 2014, rendimento de 55% da Taxa DI-CETIP Over, calculada e divulgada pela Cetip.
 - Poderá ser resgatado de forma antecipada, parcial ou integralmente, pelo detentor do Bônus, exclusivamente para subscrição das ações, em decorrência do exercício dos Bônus (o que será possível a partir de 31 de março de 2011) a um preço fixo de R\$7,75 por ação.
- e.1) Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de outubro de 2010, foi aprovada possibilidade de resgate antecipado dos Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) emitidos pelo Banco nos termos da ata de Reunião do Conselho de Administração e do Aviso aos Acionistas, ambos datados de 19 de fevereiro de 2009. O eventual resgate antecipado dos CDBs será submetido à aprovação da Diretoria mediante negociação com seus respectivos titulares em condições favoráveis ao Banco, tendo em vista o cenário econômico e a liquidez no mercado financeiro, e (i) não constituirá Hipótese de Resgate Antecipado dos CDBs, conforme previsto no item 16 da ata de Reunião do Conselho de Administração e do Aviso aos Acionistas datados de 19 de fevereiro de 2009, (ii) não afetará os prazos e condições dos CDBs não resgatados e (iii) não afetará as demais disposições da ata de Reunião do Conselho de Administração e do Aviso aos Acionistas datados de 19 de fevereiro de 2009, notadamente em relação aos prazos e condições para exercício dos Bônus de Subscrição emitidos pelo Banco.

Até a data de divulgação destas demonstrações financeiras, foram resgatados, no âmbito da deliberação acima, R\$74.000 dos R\$410.000 captados em 2009.

f) Convergências às normas internacionais de contabilidade (“IFRS”):

Conforme mencionado na Nota 2, o BACEN homologou durante os últimos exercícios, alguns dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, objetivando a convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais (“IFRS”).

Atualmente, os demais pronunciamentos encontram-se em fase de análise pelo BACEN, visando a redução de assimetrias e, desta forma, não é possível estimar quando estes serão homologados o que faz com que ainda não seja possível estimar, quantitativamente, os impactos contábeis da adoção desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e as Circulares BACEN nºs 3.472/09 e 3.516/10, estabelecem que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após o encerramento do exercício, demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

A Circular BACEN nº 3.516/10, prorrogou o prazo de divulgação das demonstrações financeiras em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para 120 dias, após o encerramento do exercício. Desta forma, o Banco está em fase de apuração dos impactos contábeis da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e concluirá essa apuração, atentando para os prazos estabelecidos pelo BACEN.

Nessa fase de apuração dos impactos da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (“IFRS”), os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis utilizadas pelo Banco descritas na Nota 3 em comparação com as IFRS são:

Descrição	Normas brasileiras de contabilidade	Normas internacionais de contabilidade (“IFRS”)
Diferimento de taxas de serviços financeiros e custos diretos	São reconhecidas no resultado, conforme o tipo de instrumento financeiro, principalmente operações de crédito e de financiamento, as taxas e tarifas cobradas por serviços financeiros, bem como parcela dos custos diretos relacionados a estas operações no momento de sua originação. Os custos diretos relacionados às comissões pagas a terceiros são registrados na rubrica de “Outros valores e bens – despesas antecipadas” e reconhecidos no resultado em razão da fluência dos prazos dos respectivos contratos.	As taxas e tarifas de serviços financeiros, bem como os custos diretos relacionados à originação destes instrumentos financeiros, serão diferidas e reconhecida como ajuste à taxa de juros efetiva. Os custos diretos relacionados às comissões pagas a terceiros fazem parte da taxa efetiva de juros e serão registrados nas rubricas de “Operações de crédito”.
Provisão para garantias financeiras prestadas	As garantias financeiras prestadas a terceiros são controladas em contas de compensação. As tarifas cobradas no momento da emissão dessas garantias são registradas na rubrica de “Resultado de exercícios futuros”, no passivo, e são reconhecidas no resultado em razão da fluência dos prazos das garantias prestadas.	A norma internacional determina que, após o reconhecimento inicial destas garantias pelo seu valor justo, essas operações passam a ser mensuradas com base no maior valor entre: (i) o valor reconhecido como resultado de exercícios futuros e quando apropriado, deduzido pela amortização acumulada de acordo com a IAS 18; e (ii) o valor estimado do custo exigido para liquidar a garantia nos casos em que a Administração entenda que é provável a saída de recursos, de acordo com a IAS 37.
Participações minoritárias em Controladas	O saldo das participações minoritárias nas controladas é classificado separadamente no passivo, entre o grupo de contas de resultados de exercícios futuros e o patrimônio líquido.	O saldo de participações minoritárias nas controladas é parte integrante do patrimônio líquido, conforme a IAS 27.

Descrição	Normas brasileiras de contabilidade	Normas internacionais de contabilidade ("IFRS")
Demonstração do resultado abrangente	Não é requerida.	A demonstração do resultado abrangente é requerida e compreende todos os componentes do lucro líquido e de "Outros resultados abrangentes", representados por outros valores que transitam pelo patrimônio líquido e que não são transações provenientes dos acionistas, tais como: (i) realização da reserva de reavaliação; (ii) ganhos e perdas decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de uma entidade controlada no exterior; e (iii) ganhos e perdas na reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda.
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes de IFRS	N/A	O imposto de renda diferido será contabilizado sobre as diferenças entre as normas brasileiras de contabilidade e as normas internacionais ("IFRS"), quando aplicável.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de Eurobônus

Em 24 de janeiro de 2011, o Banco concluiu o processo de emissão de títulos de dívida, sob o formato de *Euro Medium Term Notes Programme (EMTN)*, no montante de US\$300 milhões com prazo de vencimento de 5 anos, com pagamento de juros semestrais de 6,25% ao ano. O montante captado refere-se à primeira *tranche* do programa de Eurobônus que totaliza US\$2 bilhões.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Banco Daycoval S.A. (“Banco”) é um órgão estatutário instituído e instalado no primeiro semestre de 2009. O Comitê foi constituído em conformidade com o Estatuto Social do Banco e nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04.

Compete ao Comitê zelar pela qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco.

Atividades do Comitê

Durante o exercício de 2010, o Comitê promoveu a realização de diversas reuniões objetivando o acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, assim como com a administração para tratar de assuntos pertinentes à qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos.

O relacionamento entre o Comitê e os Auditores Independentes esteve direcionado às considerações da Auditoria Independente sobre os resultados dos seus trabalhos e em sua opinião quanto às demonstrações financeiras. Foram também analisados, além de escopo e planejamento dos trabalhos, aspectos administrativos relacionados à qualificação e rodízio do seu quadro técnico.

Quanto à Auditoria Interna, o Comitê vem acompanhando através da realização de reuniões periódicas, o cumprimento do planejamento e cronogramas dos trabalhos previamente definidos.

Fez parte dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e das considerações feitas por este Comitê, a avaliação da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco, com o objetivo de certificar-se da qualidade dos processos de geração de relatórios sobre riscos utilizados pela Administração para subsidiar suas decisões. O Comitê entende que as ações adotadas para gerenciamento de riscos, nos seus aspectos gerais, estão adequadamente estabelecidas e direcionadas.

Com base nas informações recebidas da Administração, nas discussões mantidas com a Auditoria Interna e Auditores Independentes, bem como com base nos relatórios emitidos por estas auditorias e pelos gestores de riscos, o Comitê avalia como adequada a sistemática de acompanhamento e observância da legislação, da regulamentação e das normas elaboradas internamente.

O Comitê também avaliou os aspectos que envolvem o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com ênfase nas práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco, e entende que tais práticas refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas pela legislação societária brasileira, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas, nas informações recebidas da Administração, nas conclusões apresentadas pelo Auditor Independente, cujo relatório sobre demonstrações financeiras foi emitido sem ressalvas, nas conclusões relatadas pela Auditoria Interna e consideradas as responsabilidades e limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2011.

O Comitê de Auditoria

Ricardo Matsubara - Coordenador e Membro Qualificado

Carlos Antonio Romão - Membro

Gustavo Henrique de Barroso Franco - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Daycoval S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. (“Banco”), suas controladas e entidades de propósito específico representadas por fundos de investimento em direitos creditórios e multimercado (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP